

Quarta-feira, 18 de Maio de 1977



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 17 DE MAIO

Presidente: Ex.º Sr. Vasco da Gama Fernandes

Secretários: Ex.º Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade
 José Gonçalves Sapinho
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes do Almeida

SUMARIO.—O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

Na primeira parte da sessão o Governo respondeu a perguntas formuladas por Deputados dos diferentes partidos, nos termos dos artigos 205.º e seguintes do Regimento. As perguntas foram apresentadas pelos Srs. Deputados Basílio Horta (CDS), Sousa Franco (PSD), Sousa Marques (PCP), Carlos Brito (PCP), Nuno Abecasis (CDS) e Carlos Carvalhas (PCP), este em nome do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, ausente à sessão. As respostas foram dadas pelos Srs. Ministros do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes), da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa) e do Comércio e Turismo (Mota Pinto), intervindo também em explicações o Sr. Ministro sem pasta Jorge Campinos. Alguns dos autores das perguntas pediram esclarecimentos complementares, que foram prestados.

Na segunda parte da sessão o Sr. Deputado Jaime Gama (PS) apresentou uma declaração política, em nome do seu partido, sobre os graves acontecimentos ocorridos nos Açores no fim-de-semana, desencadeados por elementos separatistas.

Também em declaração política e em resposta à declaração anterior, o Sr. Deputado Sá Carneiro (PSD) ocupou-se do mesmo assunto, respondendo no fim a pedidos de esclarecimento ou a protestos dos Srs. Deputados Jaime Gama (PS), Borges Nunes (PS), Carlos Brito (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Vital Moreira (PCP), e Patrocínio Martins (PS) e do Sr. Ministro Jorge Campinos.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada

Eram 15 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Macedo.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Pinheiro Silva.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Benjamim Nunes Leitão Carvalho.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Etielvina Lopes de Almeida.
 Fernando Gomes Vasco.
 Fernando Abel Simões.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Francisco do Patrocínio Martins.

Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jerónimo Silva Pereira.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 João Soares Louro.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.
 José Borges Nunes.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 Luís Patrício Rosado Gonçalves.
 Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel Barroso Proença.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel João Cristino.
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Alvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Américo de Sequeira.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Moreira Barbosa de Melo.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando José da Costa.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.
 João Afonso Gonçalves.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Sociro de Carvalho.
 João Manuel Ferreira.
 João Manuel Medeiros Mateus.
 Jorge Ferreira de Castro.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.

José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Elia Brito Câmara.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Martins Robalo.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João da Silva Mendes.
 José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Luís Esteves Ramires.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Nuno Krus Abecasis.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Paiva Jara.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.

Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascenção Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro e Sá.
 Zita Maria de Seabra Rosário.

União Democrática Popular (UDP)
 Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 168 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Entretanto, haviam tomado lugar na bancada respetiva os seguintes membros do Governo: Ministro sem pasta (Jorge Campinos), Ministro das Finanças (Medina Carreira), Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes), Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa), Ministro do Comércio e Turismo (Mota Pinto) e Secretário de Estado do Comércio Interno (Escaja Gonçalves).

O Sr. Presidente: — Neste período de antes da ordem do dia, o Governo vai responder a algumas das perguntas feitas pelos Srs. Deputados dos respectivos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica: A primeira questão que o CDS queria pôr tem o n.º 40 e é a seguinte:

No Plano para 1977 o Governo previa um largo conjunto de investimentos do sector público empresarial e da Administração Pública. Pode o Governo esclarecer a Assembleia sobre as taxas de execução financeira e de execução material dos seus programas de investimento no 1.º trimestre de 1977? Que informações tem o Governo acerca dos investimentos privados no mesmo período?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica, para responder.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação a esta pergunta do Sr. Deputado Basílio Horta, o Governo julga possível avançar alguns dados concretos que me parecem ser, apesar de tudo, uma inovação em relação a outros períodos, nomeadamente a anos anteriores. Com efeito, até hoje a Administração Pública tem lutado com grandes dificuldades em obter elementos e em dispor de dados, relativamente actualizados, sobre o rumo de investimentos. Basta dizer que o ano passado, em Maio, não se dispunha ainda de elementos relativos à execução dos investimentos

públicos para o 1.º trimestre. Este ano existem já alguns dados.

Como os Srs. Deputados sabem, o Plano para 1977, aqui aprovado em Dezembro de 1976, previa um volume de investimento total da ordem dos 95 milhões de contos em 1977, dos quais 31 milhões serão realizados pela Administração Pública, cerca de 35 milhões pelo sector público produtivo e cerca de 30 milhões pelo sector privado.

Esta programação que consta do Plano não foi objecto de nenhuma programação a nível trimestral, ou seja, existem, como é óbvio, na realização dos programas de investimento, variações sazonais e variações de realização, de volume, que são independentes ou por vezes alheias ao período a que se reportam. No entanto, os indicadores macroeconómicos de que se dispõe permitem supor que o investimento realizado no 1.º trimestre de 1977 se aproxime do investimento total no fim do ano, isto é, dos valores previstos no Plano.

Assim, no que respeita à Administração Pública, os dados disponíveis permitem informar que estão já realizados ou comprometidos investimentos no montante de 5 150 000 contos, o que representa cerca de 20 % do investimento total previsto para 1977. Este gomo de realização do investimento adequa-se, em nosso entender, ao cumprimento do programa e representa uma melhoria significativa em relação a níveis de realização de anos anteriores. Com efeito, em 1975, no fim do 1.º trimestre, estavam comprometidos apenas 4,8 % e em 1976 apenas 3,9 %, quando este ano, como disse, o volume de investimentos realizados ou comprometidos atinge já o total de cerca de 20 %.

No que se refere ao sector público empresarial, portanto às empresas públicas, os dados disponíveis não têm a possibilidade de ser detalhados trimestralmente e pode afirmar-se que para os indicadores específicos de que se dispõe, relativos a casos concretos de empresas, se verifica um nível satisfatório do volume de investimentos. Possivelmente haverá neste momento um ligeiro atraso nos sectores do transporte e do turismo e uma taxa próxima da prevista no sector da indústria transformadora.

Quanto aos investimentos do sector privado, como é de calcular, o Governo não dispõe neste momento de indicadores adequados para poder dar uma resposta cabal ao andamento desses efeitos e investimentos. No entanto, e como disse também no princípio desta resposta, os indicadores macroeconómicos relativos ao nível de actividade económica global, relativos à situação da balança de pagamentos com o exterior, e indicadores diversos ligados à actividade económica permitem supor que os investimentos no sector privado serão mesmo ligeiramente superiores à taxa inicialmente prevista.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Pela resposta que V. Ex.º teve a gentileza de nos dar, constatamos que as nossas estatísticas continuam a não funcionar em tempo oportuno e útil, pois os elementos que V. Ex.º forneceu são efectivamente deficientes em relação a pontos que nós entendemos fundamentais.

V. Ex.^a afirma que o investimento da formação bruta do capital fixo aparece na ordem dos 5 150 000 contos, mas fala em investimentos comprometidos e realizados. Gostaria de saber, consequentemente, qual a execução material e a execução financeira, quais são as verbas que estão adstritas e quais aquelas que já estão executadas. Isso era importante para compararmos o grau de realização do Plano com o seu grau de execução.

Por outro lado, no PIAP verificamos que há uma verba de 11 810 067 contos para financiamento aos sectores privado e cooperativo — suponho bem que são investimentos a fazer nos sectores da habitação, do urbanismo e da agricultura. Tínhamos muito interesse em saber qual o grau de execução material e financeira desta rubrica do Plano.

Quanto ao plano de investimentos no sector económico empresarial, verificamos, também aqui, não haver dados, como o Sr. Ministro teve ocasião de afirmar, embora soubéssemos pelo Plano que havia uma verba de 35 190 000 contos para projectos em curso e havia outra de 18 818 000 contos para projectos a lançar. Desejamos saber se esta verba de 18 818 000 contos foi utilizada, se alguns projectos foram lançados e qual é o estado em que se encontra a execução material e financeira desta rubrica.

Finalmente, no que respeita aos investimentos privados, o Plano previa 29 milhões de contos e no 1.º trimestre seria viável o investimento de 7 milhões de contos. Temos a sensação de que o investimento está muito aquém deste número. No entanto, parece-me que V. Ex.^a também aqui nada pode comprovar através de um cálculo numérico. Portanto, Sr. Ministro, não sei se poderá adiantar-nos algo mais, principalmente em relação àqueles dois sectores que referi.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação a parte das afirmações do Sr. Deputado Basílio Horta, eu gostaria de precisar alguns pontos.

O primeiro é que efectivamente — e o Governo reconhece-o, tendo-o dito aqui desde o primeiro momento da apresentação do seu Programa — o País não dispõe ainda do aparelho estatístico indispensável, e nesse sentido foi e está a ser feito um grande esforço para adaptar o aparelho estatístico às nossas necessidades.

Queria ainda relevar um aspecto que me parece importante, e que eu também já referi: é que, apesar dessas deficiências, dispomos hoje de alguns elementos que há um ano atrás, como já tive também ocasião de referir, não poderíamos dar.

O Sr. Deputado pergunta ainda se seria possível prever o grau de realização dos investimentos feitos. Como tive também ocasião de dizer, neste momento temos cerca de 2 200 000 contos em relação a empreendimentos da Administração Pública, que correspondem a um volume de investimento já efectuado e estimado em 6 % do volume total da realização. Em termos financeiros, foi despendido e comprometido no total de cerca de 20 %. É evidente também, importa sublinhar, que no 1.º trimestre há sempre um período de condensação de esforços, em que normalmente o

nível de realização não corresponde ao mesmo espaço de tempo, pois, como é sabido das estatísticas, no 2.º, no 3.º e no 4.º trimestres a realização de investimentos cresce mais depressa que no 1.º trimestre. Pensamos assim que a nível da Administração Pública foi dado um passo muito importante em relação aos anos anteriores. Como também tive ocasião de referir, penso que é importante que os Srs. Deputados ponderem na diferença de cerca de 20 % que se conseguiu materializar este ano na Administração Pública, contra números como 4,8 % em 1975 e 3,9 % em 1976.

O Sr. Deputado perguntou também se haveria elementos sobre a verba de 11 milhões de contos que correspondiam a transferências para o sector privado, nomeadamente do sector cooperativo e da construção. Sobre esta matéria não tenho efectivamente elementos precisos.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Ah!

O Orador: — Tenho pena que, de facto, se havia essa questão tão precisa a pôr, ela não tivesse sido posta desde logo, para lhe poder responder. Mas desde já tomo nota e oportunamente o informarei. Posso, entretanto, informar que as obras públicas e a habitação são justamente um dos sectores onde o nível de realização, felizmente, se apresenta bastante satisfatório, um pouco acima da média que eu citei.

Falou também o Sr. Deputado nos problemas dos investimentos no sector público empresarial e no sector privado. Começando pelo sector privado, repito que, dado o nível do índice da produção industrial, dado o volume da construção civil, medido pelos consumos de ferro e de betão, e dados também outros indicadores sobre o encaminhamento da balança de pagamentos e das importações, os dados de que se dispõe permitem supor que o investimento privado é efectivamente superior àquilo que se esperava, o que me alegra sobremaneira. Para o sector público empresarial também não há dados condensados a nível de trimestre, mas os grandes projectos que têm sofrido uma observação de mais perto — como o programa de investimentos da Electricidade de Portugal, da Petroquímica, da CUF e da Petrogal — estão a ser realizados ao nível que de facto se requer para se atingir os volumes previstos, dentro daquilo que o Sr. Deputado referiu.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Dá-me licença que interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Estava a ouvir V. Ex.^a e assaltou-me uma dúvida.

Com essa carência de elementos que o Sr. Ministro manifesta e que já se sabe ser devida à estatística, gostava de saber como é que o Sr. Ministro pensa elaborar o plano a médio prazo, com base em que dados, com base em que referências, já que nesta altura elas estão tão difusas e quase impossíveis de quantificar.

O Orador: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas penso que a sua interpretação é um pouco extensiva. Como lhe disse, para o sector público os dados de que dispomos são relativamente precisos e correspondem

até a uma taxa de realização bastante positiva. Em relação ao sector empresarial do Estado, trabalhamos com dados agregados anualmente, e esses dispomos nós deles e estão à sua disposição quando quiser. A sua pergunta foi feita em termos genéricos, para uma resposta de cinco minutos, mas, se for necessário, terei muito gosto em fornecer uma listagem a nível de realizações.

De resto, aproveito a oportunidade, antecipando-me um pouco a outra pergunta a que terei o prazer de responder, para dizer que em relação ao sector público empresarial do Estado o volume de dados a fornecer parece-me suficientemente extenso e importante. Assim, o Governo pensa trazê-lo em tempo oportuno, e dentro em breve, ao conhecimento desta Câmara de uma forma autónoma e perfeitamente discriminatória.

O Sr. Presidente: — Esclareço os Srs. Deputados que as respostas não podem ser dadas em cinco minutos, mas sim em três minutos.

Se me perguntarem se estou de acordo com este esquema, digo já que não. Mas a culpa não foi minha, pois não fui eu que elaborei este Regimento. Farei, no entanto, o possível por cumpri-lo dentro de uma certa margem de tolerância perfeitamente compreensível, dada a acuidade e importância dos problemas que estão a ser discutidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Ministro, como é canónico, irei ler a pergunta que me cabe fazer e os seus fundamentos.

A situação das empresas públicas portuguesas, tanto de tipo tradicional como das que resultaram do recente processo das nacionalizações, têm acusado, nos últimos tempos, uma deterioração acentuada.

São volumosos, e em alguns casos crescentes, os défices de exploração e os resultados finais negativos. Diz-se — e a análise de casos singulares parece confirmá-lo — que os prejuízos das empresas públicas aumentam. E o Governo, apesar de insistentemente solicitado pelo Grupo Parlamentar do PSD, ainda não apresentou em público um quadro global dos resultados, financeiros, patrimoniais e de exploração, da gestão das empresas públicas.

Por outro lado, o endividamento crescente que daí resulta para o Estado exprime-se no agravamento crescente dos avales do Estado, fundos e institutos públicos. Também a este respeito se não tem conseguido definir uma linha de actuação coerente, que evite cair num de dois extremos igualmente condenáveis: o corte puro e simples dos avales, ou a sua concessão indiscriminada e sem limites.

A isto acresce que a redução de subsídios a empresas públicas, anunciada como uma intenção aquando da discussão das Leis do Plano e do Orçamento, não tem sido explicada suficientemente e com concretização bastante no plano dos números, e também não obedece, em termos de explicação pública, a critérios que escapem à opção, improvisada e alternante, por oito ou oitenta.

Observa-se ainda que a reestruturação, em muitos sectores, das empresas nacionalizadas, além de se processar segundo critérios que por vezes deterioraram as condições de eficiência, a organização e a rendibilidade das empresas, ainda não foi objectivo de opção

clara por modelos de estrutura e coordenação do sector público português. Designadamente, ainda não vimos criar *holdings* públicos sectoriais, ainda não vimos abandonar o modelo monolítico da empresa única, ainda não encontrámos iniciativas no sentido de criar novas empresas públicas ou parapúblicas, diversificadas e flexíveis.

Por outro lado, no que se refere à gestão participativa e eficaz do sector, ainda não encontrámos medidas que reforcem a autonomia de decisão e a responsabilidade dos gestores, sem prejuízo da coordenação global das empresas e dos sectores. E tão-pouco vimos que se avance no sentido das formas de participação dos trabalhadores adequados a um modelo de tipo ocidental, designadamente pela prática da co-gestão, que, no sector público, é dominante nos países da CEE.

No que toca à definição de critérios de gestão financeira controlada, responsabilizada e eficaz, nenhum mecanismo de auditoria e controlo, financeiro ou tutelar, se acham instituídos. E continuam a afirmar-se situações de discriminação a favor do sector público, que só podem reforçar-lhes vícios de gestão, em vez de o auxiliarem a racionalizar-se em termos de coexistência concorrencial.

Perante este panorama, se é exacto, pergunto ao Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica que medidas concretas tomou o Governo, ou pensa tomar, para pôr cobro à situação descrita, reestruturando em termos eficientes, produtivos e coordenados a gestão do sector público empresarial, reduzindo-lhe os défices, melhorando o custo e qualidade e a eficiência dos seus produtos e serviços e assegurando a participação efectiva e eficiente dos trabalhadores, a par da responsabilização dos gestores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica, para responder.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A pergunta do Sr. Deputado Sousa Franco, relativa à gestão do sector público empresarial, merece, não uma resposta de três minutos, mas, de facto, uma resposta mais extensa.

Há pouco tive ocasião de dizer, e volto a repetir, que o Governo não se furtará a responder a isso e trará a esta Câmara uma informação relativamente detalhada sobre a situação geral das empresas públicas. Até porque é importante começarmos a desfazer alguns mitos que se estão criando em torno deste problema, para além de que também é importante denunciar certas realidades que têm sido escondidas, como é igualmente importante aceitar certas críticas que são válidas e pertinentes em relação às muitas situações anómalas e insustentáveis que conhecemos no sector público empresarial.

Isto não impede, em todo o caso, que desde já aproveite a ocasião para aqui exprimir alguns dos aspectos que me parecem mais dominantes na resposta que será dada, resposta essa mais quantificada. Pareceu-me, pois, necessário que a Câmara tivesse conhecimento das preocupações que o Governo tem tido nesta matéria.

É importante, por exemplo, que se saiba que a apresentação pública de um quadro global de resultados financeiros e de exploração das empresas públi-

cas não é uma tarefa fácil que se possa fazer em cima do joelho.

O Sr. Deputado Sousa Franco sabe, porque teve ocasião de se debruçar de perto sobre esta matéria, que não existia em Portugal qualquer normalização contabilística. Mesmo as empresas de maior porte e dimensão usavam critérios de apresentação de contas por vezes relativamente diferenciados em termos de possíveis comparações.

Fazer, neste momento, a consolidação do sector público representa um enorme esforço. Estão já a ser tratados em computador os dados relativos a mais de uma centena de empresas, mas para proceder a tal tarefa foi necessário despender um largo somatório de horas de trabalho, de apresentação e análise de critérios que tornassem comparáveis e possibilidadessem a agregação de elementos. Este trabalho, que já vem a desenrolar-se desde há algumas semanas, está, apesar de tudo, um pouco longe de ser concluído. Pensamos que mais algumas semanas serão ainda necessárias.

Em todo o caso, queria também sublinhar que o Governo Constitucional foi quem primeiramente denunciou esta situação, isto é, a impossibilidade de comparar, a curto prazo, um certo número de elementos. Como sabem, através de um decreto de 7 de Fevereiro, emanado dos Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças, foi aprovado um plano oficial de contabilidade para as empresas, o qual vai permitir resolver este problema — problema que estamos a resolver de forma *ad hoc* para o passado — em termos definitivos para o futuro. É evidente que não quero esconder que haverá, por certo, um período de adaptação de tal plano de contabilidade. Dezenas de empresas têm já apresentado, de forma justificada, a dificuldade de num único ano fazerem essa adaptação. Mas o Governo tomou o encargo de tentar que a partir de 1978 esse plano seja especificamente obrigatório, sem qualquer possibilidade de remissão.

Também é evidente que nesse relatório que queremos apresentar à consideração desta Assembleia, para além da normalização da contabilidade das empresas, é importante apresentar o estabelecimento das normas de gestão financeira e das normas de apresentação dos resultados. Em relação aos mecanismos de auditoria e controlo financeiro, há que dizer que tal controlo não será possível nem viável, nem terá significado enquanto esse conjunto de normas não for estabelecido e posto de pé.

Nessa linha, além da normalização contabilística, o Governo já promoveu alguns passos no sentido de tornar obrigatória a remuneração de capitais públicos em articulação com a celebração de contratos-programa, sem o que os capitais públicos terão de ser remunerados a uma taxa idêntica à taxa de redesconto do Banco de Portugal.

Por outro lado, o Governo está preocupado também, a nível das empresas públicas, com o estatuto dos seus gestores. Foi publicado, como se sabe, em 25 de Novembro último, um decreto-lei que estabelece o estatuto do gestor público, e, tal como no preâmbulo se dá a conhecer, é um projecto que merece algumas reflexões por parte do Governo. Nesse sentido, embora ele esteja em vigor, encontra-se neste momento uma comissão a trabalhar com o objectivo de reformular uma parte desse estatuto, de forma a permitir

que aos gestores das empresas seja dada maior responsabilidade, maior grau de autonomia e a que seja possível conseguir, por parte desses gestores, um maior grau de iniciativa e responsabilização.

Pergunta-me também o Sr. Deputado Sousa Franco o que se passa quanto à participação dos trabalhadores. Nesta matéria, e não entrando agora na discussão se será a óptica da co-gestão ou outra aquela que virá a prevalecer, o Governo lembra que esta Câmara tem para apreciar um conjunto de propostas relativas a esta área, nomeadamente a proposta de lei sobre o controlo de gestão. Sem a aprovação destes documentos, será talvez difícil o Governo poder pronunciar-se sobre todas as formas de participação dos trabalhadores que julga útil promover.

Finalmente, e mais uma vez sem prejuízo da apresentação a público da análise global da situação financeira das empresas, o Governo chama a atenção para um facto muito importante. É que nos anos de 1974 e 1975, para os quais já existem dados bastante trabalhados, o sector público, e não só, todo o sector empresarial da economia portuguesa, sofreu prejuízos de exploração. Em 1975 esses prejuízos no sector público são superiores a 6 milhões de contos. Ora, esta é a herança recebida pelo sector público e que o Governo Constitucional hoje tem a obrigação de gerir e de conseguir racionalizar e melhorar. Penso que esta herança do ano de 1975 não pode ser esquecida. Este foi um ano em que a maioria do rendimento distribuído não foi produzida, pelo que importa, quando se fazem apreciações em torno da rendibilidade das empresas públicas, nomeadamente em relação aos anos de 1976 e à previsão que vamos apresentar para 1977, não esquecer este facto. O grau de endividamento existente nas empresas públicas não se iniciou em 1976 nem em 1977. É uma herança em parte anterior ao 25 de Abril e em grande parte agravada com um ano calamitoso da economia portuguesa, que foi 1975.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Ministro, se me permite, tomo nota da promessa feita relativamente à apresentação de um relatório sobre a situação de gestão e critérios de reestruturação do sector público empresarial.

Mas, aceitando a remissão para essa promessa de uma resposta mais pormenorizada sobre muitas das questões colocadas, perguntava, em primeiro lugar, quando pensa o Governo, em termos de data, apresentar esse relatório.

Em segundo lugar, achando que a consolidação das contas e, posteriormente, a consolidação orçamental do sector público empresarial é um trabalho moroso e que parte praticamente do nada e reconhecendo as dificuldades subjacentes à sua resposta, não queria deixar de lhe perguntar quando pensa o Governo, em relação às principais empresas, que essas estão identificadas e podem dispensar um tratamento agregado, para serem objecto de apresentação autónoma de contas, apresentar à Assembleia mapas de conjunto, designadamente tendo em conta os principais sectores nacionalizados, relativamente a 1975 e relativamente a contas de 1976, ainda que eventualmente sujeitas

a acertos complementares, visto que já ultrapassámos os meados de Maio.

Em terceiro lugar, sabendo o Sr. Ministro melhor do que eu que há todo um conjunto de projectos relativos à criação de estruturas de coordenação, apoio e controlo de gestão no sector público empresarial, perguntava-lhe em que pé está a execução de projectos relativos à agência financeira do Estado ou a outra instituição semelhante que assegure a coordenação patrimonial da gestão do sector público propriamente dito, quais os dados que acerca do sector controlado ou participado nos pode fornecer o Instituto de Participações do Estado, em que pé está a implantação e o *take-off* do Instituto de Participações do Estado e em que pé está também a criação de mecanismos institucionais que, quando haja critérios suficientes, permitam a auditoria e o controlo financeiro, por exemplo para 1978.

Em quarto lugar, perguntaria que medidas têm sido tomadas para pôr cobro, ainda que gradualmente, à discriminação que se faz, por exemplo, em adjudicações e concursos públicos entre empresas públicas e empresas privadas em igualdade de circunstâncias. Trata-se de situações que, naturalmente, não favorecem a eficiência comparativa da gestão das empresas públicas.

Finalmente, perguntava ao Sr. Ministro que medidas encara o Governo para resolver a situação acumulada — acumulada de há muitos anos nalguns casos e muito agravada em 1975, não o nego nem o esqueço — em que, neste momento, muitas empresas públicas se colocam, designadamente no que se refere à extensão ao sector público empresarial de critérios de reavaliação de activos que existem já para empresas privadas e no que se refere a medidas, essas comuns ao sector privado e ao sector público, que tenham que ver com a consolidação de passivos financeiros que permitam relançar a gestão destas empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica, para responder.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica: — Fico satisfeito com esta enunciação tão longa e tão pormenorizada que o Sr. Deputado acaba de fazer, porque justamente vem permitir mostrar a esta Câmara, e a todos nós, que este sector e este conjunto de problemas aqui posto não pode ser abordado de uma forma simplista e em cima do joelho.

O Sr. Deputado Sousa Franco fez o favor de referir áreas importantíssimas. Algumas delas já estão mencionadas na resposta que dei, mas relativamente a outras vou tentar dar uma indicação do que se passa.

É evidente que o Governo não poderá, neste momento, comprometer-se no prazo de x semanas a apresentar aqui uma informação prometida. Fá-lo-á tão cedo quanto possível, e penso que o mais tardar será no mês de Julho, ainda que não seja possível fazer a consolidação total do sector público, o que apresenta realmente grandes dificuldades, pois não sei se o Sr. Deputado sabe que existem empresas nacionalizadas que não têm ainda contas aprovadas de anos anteriores à própria nacionalização e que existem empresas que, mercê de vicissitudes diversas, tendo sido criadas recentemente, têm situações de extrema dificuldade a regularizar face aos passivos adquiridos,

face aos activos existentes. Portanto, o Governo pensa que seria impossível, de uma forma consciente, dar uma data precisa. No entanto, penso, com toda a seriedade, que em Julho, pelo menos para o conjunto dos principais sectores, como o Sr. Deputado referiu, será possível apresentar essa consolidação.

De resto, para 1974 e 1975 já existem dados. Posso dizer que em 1975 o total das empresas nacionalizadas teve défices de gestão, como já referi, da ordem dos 6 milhões de contos e de nível de financiamento de 15 milhões de contos. Também posso dizer que para 1976 os dados existentes permitem apontar para uma tendência de melhoria e que em 1977 haverá um reequilíbrio relativamente extenso nas empresas principais, sem negar que existirão problemas difíceis em sectores dependentes do exterior e que neste momento atravessam uma crise profunda, nomeadamente a construção naval. Mas o panorama que vamos apresentar permite alguma esperança justificada para o futuro próximo, embora apresentando um quadro relativamente negro face ao passado próximo.

O endividamento gerado no sector público é, de facto, astronómico, e o Sr. Deputado pôs o problema, e bem, de como se preveria a possibilidade de recuperar esses passivos. É evidente que nas empresas, e isto é também uma afirmação que por vezes é feita de uma forma menos correcta, os prejuízos têm um tratamento plurianual. Isto não quer dizer que todos os passivos de uma empresa tenham que ser transmitidos, nomeadamente nas empresas públicas, para o Estado. Ao contrário, é justamente isso que não se aceita e que uma gestão judiciosa irá permitir recuperar.

Os nossos planos são de estabelecer, para os principais sectores, contratos-programa que estabeleçam o nível de consolidação do passivo, o nível de reavaliação dos activos permitido e o nível de recuperação dos efeitos negativos de gestão acumulados para permitir a sua recuperação a curto prazo.

Este conjunto de normas será em princípio apresentado, como acabei há pouco de referir, para os principais sectores até fins de Julho.

Quanto à agência financeira que referiu, ela em breve aparecerá a público, porventura com outro nome. O Ministério das Finanças e o Ministério do Plano e Coordenação Económica têm estado a trabalhar nessa matéria e posso informar que, finalmente, está de pé o esquema por fim adoptado, que nos parece, de momento, o mais adequado para responder a essas exigências.

A auditoria, a cargo da Inspecção-Geral de Finanças, vai também sofrer importantes alterações, de forma a corresponder às funções que tem de preencher e que até agora não existiam no nosso sector económico.

Quanto ao Instituto de Participações do Estado, posso informar que, ao mesmo tempo que o sucedâneo da agência financeira, levará um grande impulso, nomeadamente com a transmissão da titularidade da propriedade, actualmente ainda em posse dos diferentes agentes económicos que detinham as participações, para o Instituto de Participações do Estado, transmissão que se deverá processar a breve prazo e com a qual se iniciará efectivamente a possibilidade de gerir de forma orgânica e racional as participações do sector público.

Portanto, penso que, no conjunto, o Governo deverá poder apresentar um quadro mais positivo do que aquele que herdou e que o trabalho a fazer é um trabalho extenso, impossível de avaliar quanto às suas imensas dificuldades, mas que nesse sentido, e inegavelmente, foram dados os principais passos, podendo o Governo responder por isso.

Finalmente, o Sr. Deputado referiu critérios de eventual discriminação por parte das empresas públicas. Sobre isso só queria dizer que não haverá ninguém do Governo que queira aceitar situações dessas e, portanto, terei muito gosto em receber a indicação concreta desses casos, de forma que o Governo possa actuar adequadamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques, para formular a terceira pergunta.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A questão que vamos colocar em seguida ao Governo, e particularmente ao Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica, foi-lhe enviada ainda antes de se ter realizado, neste Plenário, a discussão e votação da proposta de lei n.º 27/I, relativa à delimitação dos sectores público e privado. No entanto, estamos certos de que esta questão não perdeu actualidade, até por se tratar de assunto de particular importância. A pergunta é esta:

Considerando:

- 1.º O disposto na Constituição da República, nomeadamente nos artigos 83.º, 85.º e 89.º, que considera como conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974, que veda a actividade às empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza nos sectores básicos e que define o sector público constituído pelos bens e unidades de produção colectivizadas e seus modos de gestão;
- 2.º O afirmado no Programa do Governo, nomeadamente no que se refere à «coerência global do sector público» e à sua «progressiva socialização»;
- 3.º As palavras pronunciadas na altura pelo Sr. Primeiro-Ministro, de que destacamos as seguintes:

«[...] Pergunta (o PCP) se o Governo prevê a participação do capital privado em sectores nacionalizados. Respondemos, aí com muita clareza, que não prevenimos essa participação.»

Dizia ainda, mais adiante, o Sr. Primeiro-Ministro: «[...] E pergunta ainda (o PCP) se permitiremos a entrega a entidades privadas da gestão das empresas nacionalizadas ou onde haja intervenção do Estado. Nesta matéria teremos de distinguir entre as empresas nacionalizadas com gestão privada, que não admitimos.»

Pergunta-se: como justifica o Governo a posição assumida ao longo da apreciação da proposta de

lei n.º 27/I e como a concilia com a intenção, afirmada na discussão do seu Programa, de não permitir a participação de capital privado em sectores nacionalizados e de não admitir a entrega a entidades privadas da gestão de empresas nacionalizadas, mesmo a título experimental?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como o próprio Sr. Deputado Sousa Marques acaba de referir, esta pergunta, de certo modo, está um pouco ultrapassada pelo debate, que já teve lugar nesta Câmara, sobre a proposta de lei n.º 27/I. Penso, portanto, que não vale a pena repetir aqui argumentações já produzidas. Em todo o caso, o Governo não vê qualquer razão para não manter a sua posição de que não será entregue à actividade empresarial privada nenhuma das empresas que foram directamente nacionalizadas. Além disso, também posso afirmar que não está prevista, mesmo a título experimental, a entrega a entidades privadas da gestão de qualquer dessas empresas. Penso que isto era a parte positiva da questão que me foi posta.

E aproveito, se me dão licença, para referir também uma questão do Sr. Deputado Basílio Horta, do CDS, também ligada a esta mesma proposta de lei, em que se perguntava se o Governo mantinha ou não a sua intenção de fazer um tratamento discriminatório em relação ao capital privado estrangeiro e nacional. Penso também que esta questão está ultrapassada, já que o partido do Governo propôs a eliminação desse preceito e portanto, neste momento, não existe tratamento discriminatório do capital privado nacional em relação ao capital privado estrangeiro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando formulámos estas questões, ainda antes de ter sido votada aqui, nesta Assembleia, a proposta de lei n.º 27/I, acreditávamos sinceramente, que o Governo e o partido do Governo viesssem a possibilitar alterações ao texto inicial que permitissem que o texto final defendesse, de facto, os interesses nacionais, e nomeadamente defendesse as nacionalizações. No entanto, queremos registar, e fazemo-lo com grado, a afirmação que o Sr. Ministro fez de que não há o perigo da entrega da gestão de empresas nacionalizadas a entidades privadas ou a outras entidades da mesma natureza. Contudo, encontro nessa afirmação uma flagrante contradição com o texto aprovado nesta Assembleia e com o apoio que lhe deu o partido do Governo. Por outro lado, Sr. Ministro, gostaria de lhe recordar o seguinte: quando discutímos aqui o Programa do Governo, ficou claramente expresso que o Programa era não só o texto que na altura nos tinha sido distribuído como também todas as intervenções dos membros do Governo. E as intervenções, que já aqui referi, feitas pelo Sr. Primeiro-Ministro não estão de facto a ser postas em prática. Nomeadamente, está permitida a possibilidade de participação de capital privado

nos sectores nacionalizados e, segundo o texto da lei aqui aprovada, está permitida a exploração e gestão de empresas nacionalizadas por empresas privadas ou entidades da mesma natureza.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro poderá responder, se assim o entender.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Sr. Presidente, queria fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Salvo o devido respeito, penso que o Governo não pode fazer protestos.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Sr. Presidente, não quero insistir, mas faço um apelo não só ao seu espírito liberal e democrático como também ao próprio Regimento: para bem do funcionamento deste debate, gostaria que o Sr. Presidente me deixasse fazer ou um protesto ou um pedido de esclarecimento à intervenção do Sr. Deputado, ou me sugerisse uma outra maneira qualquer de responder ao Sr. Deputado.

Risos.

O Sr. Presidente: — Eu entrego à inteligência do Sr. Ministro a solução do problema.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Sousa Marques sabe perfeitamente que não é este o lugar para fazer protestos. No entanto, gostaria de chamar a atenção do Sr. Deputado para o que vou dizer — e creio que não era a mim que competiria fazê-lo —, mas no entanto vou ousar: é que não há contradição nenhuma entre o que o Governo deseja e o que foi aprovado nesta Assembleia. Lembro ao Sr. Deputado que esta Assembleia é um Órgão de Soberania, é até o terceiro Órgão de Soberania a seguir ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução, e que nós todos em conjunto devemos respeitar as decisões que aqui são tomadas. Como tal, quando há um voto maioritário, nós, no Governo, acatamo-lo, por princípio e definição, e também ideologicamente, quando tal corresponde à vontade do Governo.

Mas o que me levou a tomar a palavra agora foi a referência feita ao Sr. Primeiro-Ministro e às declarações que foram feitas neste hemicírculo. Nós não temos por hábito — e certamente o Sr. Deputado está connosco — referimo-nos ao Sr. Primeiro-Ministro como outros países e outros lugares se fazem em relação a autores do século passado. É um homem como nós, e portanto exprime opiniões, mas respeita certamente as opiniões colegialmente decididas no Governo e sobretudo aquelas que resultam dos Órgãos de Soberania.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica quer ainda dar um esclarecimento sobre isto.

Tenha a bondade.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É só para, à parte deste parêntesis do meu camarada, dar uma pequena achega em relação à intervenção feita ainda em torno desta pergunta e que é a seguinte: o Governo mantém de forma muito clara e inequívoca a posição aqui assumida desde o Programa do Governo. E penso que não é legítimo pensar, pelo facto de esta Câmara ter aprovado uma lei que dá ao Governo possibilidades de agir de forma um pouco mais lata do que aquela que a si próprio se impôs, que ele fará de outra forma. Portanto, mantenho a afirmação de que não está prevista a entrega à gestão privada de nenhuma das empresas nacionalizadas, nem a título experimental, nem a título definitivo.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta, para formular a pergunta n.º 43 do CDS.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa próxima pergunta ao Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica diz respeito à evolução do défice da balança de pagamentos. Supomos ser matéria de verificação quantitativa mais simples, pelo que esperamos justamente que em relação a este tema haja dados quantificados de qualidade diferente do que em relação aos graus de execução do Plano.

Sabemos que em 1975 o défice da balança de pagamentos foi de aproximadamente 19 milhões de contos, em 1976 passou para 29 milhões de contos e em 1977 aparece-nos estimado em 22 milhões de contos. Supomos que não entrou nesse cálculo a desvalorização do escudo entretanto verificada.

Logo, Sr. Ministro, a nossa pergunta é a seguinte: Pode o Governo esclarecer a Assembleia e o País sobre a evolução da balança de pagamentos durante o 1.º trimestre de 1977? Os objectivos do Plano para 1977, nesta matéria, poderão ser alcançados?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por salientar que, apesar de todos os possíveis comentários, as estatísticas do Governo vão aparecendo e vão melhorando, mesmo as que dizem respeito à execução qualitativa dos investimentos, como tive ocasião de referir, e fico satisfeito de essa qualidade, em relação à matéria cambial, ter permitido que o próprio Sr. Deputado tenha respondido já, de certo modo, em grande extensão, à sua própria questão.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Olhe que não!

O Orador: — Foi citado, e muito bem, que em 1976 o défice da balança de pagamentos foi sensivelmente superior ao de 1975 — 29 milhões de contos —, em termos totais foi mesmo superior — 33 milhões de contos —, e a pergunta que fica de pé é o Sr. Deputado mantém é saber como se comportará em 1977 a balança de pagamentos, se será ou não

acrescida de previsões feitas no Plano. O Sr. Deputado também referiu um facto que vai de certo modo influir na evolução futura. Trata-se da desvalorização.

Como se sabe, o Plano aprovado previa um défice da ordem dos 22 milhões de contos, ou seja, da ordem dos 750 milhões de dólares, sendo provável que, por efeito da desvalorização, haja um ligeiro agravamento desse défice e que se preveja neste momento um défice corrente entre 750 e 850 milhões de dólares para 1977.

Em relação ao 1.º trimestre de 1977, os dados fornecidos pelo Banco de Portugal mostram que o saldo acumulado se situa perto dos 300 milhões de dólares, mais precisamente 272 milhões, o que mostra uma significativa melhoria em relação ao 1.º trimestre do ano passado, em que o saldo à mesma data — 31 de Março — era de 410 milhões de dólares.

Portanto, os elementos disponíveis neste momento permitem supor que será possível atingir uma meta próxima daquela que o Plano previa. Felizmente, também, para este país, tem evoluído satisfatoriamente o nível de remessas dos emigrantes e a balança do turismo, embora a nível comercial se esteja ainda a verificar um agravamento significativo e que não foi possível debelar até este momento totalmente com as medidas já tomadas, que, em todo o caso, devem começar a ter efeitos mais positivos a partir do corrente mês e dos próximos meses. Assim, o conjunto é, em nosso entender, relativamente positivo, e apresenta uma melhoria significativa em relação ao ano transacto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para formular a pergunta n.º 1 do PCP.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Representantes do Governo, Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia: Considerando que a Lei n.º 10/76 (grandes opções do Plano) estabelece no seu anexo como medida de política económica a adoptar e objectivo a atingir «soluções diversificadas para as empresas intervencionadas, tais como a transformação em cooperativas, a nacionalização ou outras soluções, sem excluir a devolução ao sector privado, conforme situações concretas, ouvidos os trabalhadores interessados», pergunta-se: quantas e quais as empresas que no entendimento do Governo devem ser transformadas em cooperativas, nacionalizadas ou devolvidas ao sector privado e como está o Governo a proceder para assegurar a audição dos trabalhadores?

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como o Sr. Deputado certamente sabe, a intervenção do Governo em empresas privadas processou-se segundo um quadro jurídico que abrangeu fundamentalmente dois tipos de intervenções: as intervenções em regime provisório de gestão, ou seja, as que se processaram ao abrigo do Decreto-Lei n.º 597/75, e as intervenções propriamente ditas, que foram regulamentadas pelos Decretos-Leis n.º 660/74 e 422/76.

Até à data só se processaram as chamadas desintervenções em empresas em que o Estado tinha adoptado o regime provisório de gestão. Nestes casos, até pelas características da designação de «regime provisório de gestão», a solução que tem sido adoptada, sempre que se verifica que a situação económica da empresa assim o permite, é a chamada dos proprietários e a entrega da empresa a esses proprietários. A gestão provisória caracteriza-se pelo reconhecimento de uma situação em que a empresa, por si própria, não podia sobreviver, tendo sido necessário aplicar-lhe legislação especial, pela qual o Estado se substituiu aos seus legítimos proprietários, tomando a seu cargo essa gestão. O Governo verificou, no fim do ano passado, que se estava a entrar numa situação em que era possível cessar essa intervenção provisória. Neste momento, salvo erro, isso já se processou em cerca de vinte empresas. Algumas das empresas que estavam em regime provisório de gestão estavam, no entanto, numa situação tal de dificuldades financeiras que em certos casos essa intervenção provisória foi transformada em intervenção e noutras casos manteve-se um gestor do Estado, por vezes em paralelo com os legítimos proprietários, que assim retomaram a pouco e pouco a gestão das empresas até que os principais problemas financeiros fossem resolvidos. Salvo erro, essa situação verifica-se em cerca de doze empresas.

Seguidamente, temos um grupo maior de empresas — mais de quarenta no campo da indústria — onde a intervenção do Estado se processou pelo sistema da chamada intervenção. Até à data ainda não se processou a desintervenção em nenhuma destas empresas. Os prazos que foram fixados às comissões administrativas e às comissões interministeriais para apresentação dos respectivos relatórios verificou-se serem excessivamente curtos, pelo que neste momento o Conselho de Ministros já aprovou um projecto de decreto-lei, que creio ainda não foi publicado no *Diário da República*, pelo qual são prorrogados os prazos para entrega desses relatórios. Já se encontram em meu poder, neste momento, três relatórios de comissões interministeriais, que estão a ser estudados.

Não existe uma política que possa responder com a exactidão com que V. Ex.^a desejava ser esclarecido, dizendo-lhe quantas as empresas em que se tenta fazer isto e quantas aquelas em que se tenta fazer aquilo. Não há uma premeditação em relação ao problema.

A política do Governo em relação às desintervenções dependerá da real situação em que as empresas se encontram. Como é sabido, algumas das empresas intervencionadas estavam e estão em situações extremamente difíceis e o quadro em que as intervenções se processaram foi justamente aquele em que o Governo veio a verificar a prática insolubilidade da empresa e portanto a necessidade de adoptar um regime de exceção que permitisse, por um lado, que os credores não levasssem a empresa à falência e, por outro, permitisse à banca dar um apoio sem ter que recorrer a todo um processo de análise da situação das empresas, que teria de ser feito na altura se as empresas se mantivessem na mão de proprietários privados.

Quanto a saber qual o tipo de desintervenção que

se vai processar, lamento, mas não posso informar V. Ex.^a, somente lhe posso dizer que estão prontos apenas três relatórios em mais de quarenta e que ao longo deste mês e do próximo se irão processar seguramente diversas desintervenções. Desde já lhe posso assegurar que é muito provável que dentro do quadro estabelecido na Lei n.º 10/76 algumas das desintervenções venham a processar-se formando cooperativas, outras venham a processar-se formando empresas de economia mista e, finalmente, outras, talvez a maioria, venham a processar-se através da restituição das empresas aos legítimos proprietários.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro, agradeço os esclarecimentos que prestou. Devo dizer-lhe, no entanto, que a minha pergunta não se dirigia tanto às empresas já desintervencionadas, uma vez que eu tenho uma segunda pergunta que versará sobre essa matéria. Desses situações que referiu vamos tendo notícia pela imprensa ou por outras informações directas das próprias empresas, mas a minha pergunta dirigia-se precisamente às empresas que estão intervencionadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 660/74 e 422/76.

Esperava que, a esta data e depois dos sucessivos calendários que o Governo tem estabelecido, houvesse já um entendimento da parte do Governo acerca dos tratamentos que vai dar às diferentes situações concretas. O Sr. Ministro não respondeu a esta parte dos meus pedidos de esclarecimento, mas o que afirmou deixa lugar a alguma preocupação. Na verdade, o texto que citei da Lei n.º 10/76 refere, como soluções a considerar, a transformação em cooperativas, a nacionalização e outras, sem excluir a própria devolução ao sector privado.

Disse que a resposta do Sr. Ministro dá lugar a preocupações não apenas por ter afirmado que a maior parte das empresas vai ser devolvida ao sector privado — isso do nosso ponto de vista é motivo para preocupação e já teremos lugar de o demonstrar quando debatermos a segunda pergunta que vou dirigir ao Governo — mas também porque o Sr. Ministro omitti uma das soluções que está incorporada no próprio texto da Lei n.º 10/76, que referi, isto é, a nacionalização. O Sr. Ministro omitti essa palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Em primeiro lugar, a omissão da palavra «nacionalização» em relação a empresas resulta de que entendo que é extremamente pouco provável que alguma delas venha a ser nacionalizada.

De resto, tendo em conta a definição das actividades abertas ao sector privado, a política em relação às nacionalizações e a dimensão dessas empresas, não julgo de aconselhar que seja essa a solução a adoptar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Então tenho de considerar que neste pormenor a Lei n.º 10/76 está ultrapassada pelo entendimento do Sr. Ministro.

O Orador: — Como o Sr. Deputado sabe, não posso ultrapassar uma lei. Estou a dar uma opinião. Omiti a palavra «nacionalização» porque no quadro que conheço das empresas em que existe intervenção do Estado julgo que não há nenhuma cujo problema venha a ser resolvido através da nacionalização. Os quadros naturais que estão a ser analisados são a possível passagem da empresa a cooperativa, a empresa mista ou a devolução aos antigos proprietários. Lamento profundamente que o Sr. Deputado ficasse preocupado quando eu disse que pensava que a maioria seria devolvida aos antigos proprietários. No meu caso particular, confesso que ficaria bastante preocupado se a situação fosse a inversa.

Risos do PCP.

As intervenções tiveram um carácter temporário e para resolver situações de ponta. Se o Governo na altura tivesse entendido que as empresas deveriam ser nacionalizadas ou postas permanentemente na órbita do Governo, podia tê-lo feito e durante largo período certamente que o Sr. Deputado até talvez pudesse ter uma palavra na decisão desse assunto.

Risos do PS.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — É assim mesmo!...

O Orador: — Portanto, uma vez que as empresas não foram nacionalizadas e apenas foram intervencionadas, julgo que a solução actual é estudar a resolução dos seus problemas de maneira a que dêem o máximo de interesse à economia nacional e dêem as máximasseguranças aos seus trabalhadores. É esse o objectivo que me impus, é esse o objectivo que a minha equipa de colaboradores está a prosseguir, ao estudar os problemas de intervenção em curso.

Vozes do PS e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para formular a segunda pergunta.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro, na réplica que depois farei aos seus esclarecimentos terei oportunidade de me referir ao que acaba de dizer.

A minha segunda pergunta é a seguinte:

Considerando as situações conhecidas em que a posição do Governo, no que respeita ao processo de desintervenção de empresas com intervenção do Estado, não coincide com a posição dos trabalhadores ou da maioria dos trabalhadores;

Considerando os casos conhecidos em que essa diferença de posições já conduziu a posições de força, com a intervenção de forças militarizadas, como na Sociedade Comercial Guérin e na Auto-Reconstrutora do Barreiro;

Pergunta-se: Com base em que critérios está o Governo a tomar as decisões, nomeadamente quando contraria as posições dos trabalhadores?

Se me permite, lembro ao Sr. Ministro que não respondeu à parte final da minha pergunta anterior,

isto é, que medidas está o Governo a tomar para assegurar a audição dos trabalhadores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Penso que a resposta à pergunta que me fez e que diz que omiti está talvez incluída na resposta que vou dar a esta segunda pergunta. Pelo menos, vou tentar satisfazê-lo em ambos os pontos.

Os relatórios das comissões interministeriais que estão a ser preparados e que têm sido apresentados compreendem uma parte que corresponde aos contactos havidos com as comissões de trabalhadores das empresas às quais se referem.

Pontanto, o Governo tem tido uma audição sobre a opinião destes trabalhadores. Penso que quando o Sr. Deputado afirma que a posição do Governo não coincide com a posição dos trabalhadores ou da maioria dos trabalhadores está a fazer um juízo de valor um pouco subjectivo, na medida em que não tenho conhecimento de que tenham sido feitos escrutínios secretos para saber se, efectivamente, a maioria dos trabalhadores de algumas empresas, nomeadamente as que referiu, era a favor ou contra as desintervenções. Pelo contrário, a experiência do Ministério da Indústria e Tecnologia mostra que muitos dos casos daquelas desintervenções eram de empresas que estavam em regime provisório de gestão. As primeiras notícias relativas aos trabalhadores, através de determinada imprensa, eram sempre no sentido de que os trabalhadores não queriam que se processasse a desintervenção.

Na realidade, os contactos estabelecidos entre as pessoas que estavam a estudar o problema e os próprios trabalhadores das empresas provaram que na grande maioria dos casos foi possível, através da mediação, chegar a um acordo em que os trabalhadores aceitaram e concordaram com a solução da devolução aos antigos proprietários. Neste momento, sem ser um ou dois casos pontuais em que se passaram determinadas situações que considero anômalas, em todos os outros casos e na larga maioria das empresas, a desintervenção processou-se sem qualquer incidente.

É intenção do Ministério da Indústria e Tecnologia prosseguir com a mesma linha de acção, isto é, contactar pacientemente os interessados de um lado e de outro e tentar promover o acordo através da mediação, da conversação e do convencimento de que as soluções que se vão adoptar são as melhores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro, vou tentar, rapidamente, fazer observações ao que o Sr. Ministro acaba de dizer.

Em primeiro lugar, o Sr. Ministro, na verdade, parece não estar satisfeito com o processo de consulta aos trabalhadores, mas não respondeu à minha pergunta. O que é que o Governo está a fazer para assegurar que esta consulta seja genuína? Se o Governo entende que é obrigatório, para que, na verdade, a consulta seja genuína, fazer uma consulta

por sufrágio secreto, por que não o fez? Por que não o propõe aos trabalhadores? Se assim fosse, teríamos então, do ponto de vista do Sr. Ministro e do meu, um resultado inequívoco.

Em segundo lugar, quando há pouco manifestei preocupação relativamente ao processo de desintervenção em curso, tinha presentes algumas situações específicas.

Os casos são bem conhecidos, mas vou citar-lhe alguns: a empresa Ernesto Cruz sabemos que depois da desintervenção está paralisada por falta de matérias-primas, a Tomé Feteira está sem gestão, a Intento está sem gestão, a Auto-Reconstrutora do Barreiro está paralisada há um mês, a Mondorel trabalha a menos de 10%, a Luís Pedro Mendonça não pagou os salários em Abril, a Sanimar ficou completamente desorganizada, a tal ponto que o Governo teve que nomear um gestor. Isto para não referir as verbas astronómicas que são reclamadas, por exemplo, pelos patrões da Eduardo & Ferreira, por exemplo, pelos patrões da Grão-Pará, não referindo ainda as situações de despedimentos ou de suspensão, como se verifica, por exemplo, na Auto-Reconstrutora do Barreiro, onde foi suspensa toda a comissão de trabalhadores, os delegados e os dirigentes sindicais, e na Mondorel, onde há vinte e um suspensos. Podíamos referir mais exemplos, se tivéssemos tempo.

Em face disto, não entende o Sr. Ministro que o processo de desintervenção, tal como está a ser realizado, representa um factor de diminuição da produção, de acrescentamento de desemprego, de desestabilização social, enfim, de acrescentamento de todos os défices da economia portuguesa?

O Sr. Ministro citou há pouco — volto a lembrar-lhe — que até agora só se verificaram dois casos anómalos. A verdade é que mesmo pensando que são apenas dois casos, e não são só dois, onde a opção do Governo não coincidiu com a vontade que foi manifestada pelos trabalhadores, através da forma por que se manifestou, mesmo assim são dois em vinte, o que é bastante.

Por outro lado, e em relação à consulta aos trabalhadores, temos formulado ao Governo vários pedidos de esclarecimento através de requerimentos, requerimentos esses elaborados nos termos regimentais e constitucionais, para os quais não temos obtido resposta. Alguns desses requerimentos relacionam-se com propostas e estudos avançados pelos trabalhadores acerca da maneira de reorganizar as empresas e o seu processo produtivo e até sobre as soluções a encarar. Lembro, a propósito, os requerimentos dirigidos acerca da J. Pimenta, da Têxtil Manuel Gonçalves, da Eduardo & Ferreira, da Lusalite.

Em muitos casos estes requerimentos colocam ao Governo a seguinte pergunta: como reage o Governo, qual a opinião do Governo relativamente às propostas de solução que os trabalhadores lhe têm enviado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Brito falou muito depressa e citou muitos nomes, mas vou, no entanto, tentar responder às questões que me pôs.

Julgou que há um problema de informação deficiente da parte do Sr. Deputado, na medida em que diversas situações...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Por isso estamos a dirigir perguntas ao Governo.

O Orador: — ... que citou não me pareceram exactas. Vou tentar relembrar algumas: a Auto-Reestruturadora do Barreiro está fechada para férias. Esta é a situação jurídica da empresa neste momento.

Risos do PCP.

A empresa Tomé Feteira está a ser gerida pelos trabalhadores, em face de uma sentença judicial do juiz da Marinha Grande, que assim o determinou; não se encontra, portanto, sem gestão, como o Sr. Deputado disse. A Intento está com gerência. Outras empresas que citou e disse estarem sem gerência também não é exacto. Finalmente, o caso da Sanimar.

Como o Sr. Deputado sabe, cessou a intervenção provisória, e porque o antigo proprietário, face ao estado caótico em que recebeu a empresa — na qual o passivo se agravou de cerca de 200 mil contos, segundo ele diz (porque ainda não pude verificar), durante o tempo de intervenção do Estado —, se recusou a tomar a gerência da empresa, o Estado mandou para lá um gestor, que está a tentar esclarecer as situações. No caso da Eduardo & Ferreira, também queria referir que o que se passou foi que o Tribunal Administrativo do Porto considerou nula a intervenção que o Estado havia feito, e portanto a empresa, neste momento, é legitimamente gerida pelos antigos proprietários.

Quanto à indemnização de 500 mil contos pedida pelos proprietários de que o Sr. Deputado me informou, confesso que é a segunda vez que ouço citado esse número. Ele não chegou ao Ministério por nenhuma via oficial. Li-o hoje de manhã num jornal diário, e certamente foi lá que o Sr. Deputado também obteve essa informação...

Risos do PS.

... Não foi feito nenhum pedido ao Governo.

Voltando ao problema de que não está a ser, de uma forma geral, cumprida a vontade dos trabalhadores, relembro que aquilo que a Lei n.º 10/76 diz é que o Governo deverá, depois de previamente ouvidos os trabalhadores interessados, adoptar uma solução. Portanto, esta audição não obriga a seguir a vontade dos trabalhadores. É um dos elementos que têm que ser tidos em conta no conjunto da situação. Em muitos casos, a vontade dos trabalhadores poderá ser aquela que o Governo vai respeitar, mas noutras casos pode-se entender, por razões da economia nacional, que os interesses legítimos sejam outros. Infelizmente, a minha experiência mostra que em alguns casos a chamada vontade dos trabalhadores é influenciada por factores externos que nem sempre os leva a escolher a melhor solução.

Vozes do PS e PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Sr. Ministro acabou de referir um dos aspectos que tinha sido objecto da nossa pergunta, isto é o critério do interesse da economia nacional. Pois muito bem, citei uma série de situações que podem juridicamente não ser exactamente tal como as citei, mas é por isso que nós fazemos perguntas ao Governo para sermos esclarecidos.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Desculpe, Sr. Deputado Carlos Brito, não era uma pergunta, era uma afirmação.

O Orador: — Não, mas nós fazemos perguntas ao Governo...

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Deputado, há bocado não me estava a fazer perguntas, estava a afirmar que as empresas estavam nessa situação. Não me perguntou qual era a situação das empresas.

O Orador: — São os factos de que nós temos conhecimento. O Sr. Ministro, num caso ou outro, trouxe, digamos, elementos inovadores sobre algumas situações que tiveram desenlace recente.

Mas a questão que lhe queria pôr é esta: o Sr. Ministro fez uma referência ao interesse da economia nacional. Ora, a situação real, que o Sr. Ministro, com certeza, não vai contestar, é esta: é que em todo o processo de desintervenção o que é característico é a anormalidade da produção, são as tensões sociais que estão a ser criadas, é a produção que baixa, é portanto, o desemprego que aumenta. Então isto, Sr. Ministro, vai no interesse da economia nacional? Esta é a nota característica das desintervenções. Diga o Sr. Ministro qual é a empresa desintervencionada que está a marchar a bom ritmo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Lembro-lhe, Sr. Deputado, que as empresas intervencionadas, de um modo geral, a partir do momento em que o Governo começou a estudar a sua desintervenção, entraram num estado de agitação que conduziu desde logo e muitas vezes a uma certa anormalidade. Portanto, não considero que a anormalidade que se verificou efectivamente em algumas empresas seja uma consequência directa da desintervenção. Pelo contrário, há já vários casos de desintervenção em que as empresas estão a normalizar a sua vida e a trabalhar em ritmo perfeitamente normal.

Vozes do PCP: — Quais?

O Orador: — Repito aquilo que disse: a política do Ministério é efectivamente a política de procurar a solução melhor e mais justa. As condições em que as intervenções se deram foram extremamente diferentes de uns casos para os outros. Houve intervenções que foram provocadas porque os proprietários se ausentaram para o estrangeiro, houve intervenções que foram provocadas porque os proprietários foram presos e durante a sua prisão os trabalhadores toma-

ram conta da empresa e o Estado, para manter a ordem, interveio, houve intervenções que se verificaram dada a situação caótica em que as empresas se encontravam sob o ponto de vista financeiro — não tinham pago um ou dois meses de ordenados —, e portanto o quadro dos problemas que há ainda a resolver é extremamente variável de empresa para empresa.

Gostaria muito que pudéssemos encontrar uma, duas ou três soluções-tipo, pois isso simplificaria muito o problema. E digo-lhe que é extremamente complexo analisar caso a caso e detalhadamente os balanços de antes e depois da intervenção e da situação actual, os problemas financeiros, a necessidade, ou não, de aumentar o capital, os postos de trabalho em perigo e a situação dos proprietários, que em alguns casos, como sabe, foram até levados ao suicídio. Todas essas situações têm que ser tidas em linha de conta, pelo que lamento não lhe poder dar uma regra simples. O que apenas posso dizer é que o Ministério está a proceder às desintervenções cumprindo a lei e de acordo com o que julga ser o melhor interesse da economia nacional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecassis para formular a pergunta n.º 55 do CDS.

O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Sr. Ministro, a pergunta que lhe queria formular é a seguinte:

Tem já o Governo uma orientação clara em matéria de construção, no nosso país, de centrais termo-nucleares? Se tem, qual é? Essa orientação, a existir, articula-se de algum modo com a política de utilização do urânio nacional?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um despacho de Novembro passado do Sr. Secretário de Estado da Energia e Minas, o Despacho n.º 134/76, incumbiu uma comissão independente do Governo de elaborar um livro branco sobre a central nuclear. Essa comissão está a trabalhar no assunto, e sei que o meu antecessor teve o cuidado de ter uma reunião com ela, assegurando a sua total independência de trabalho e disponibilidade total dos dados para desenvolver o tema de que tinha sido encumbido. Eu próprio, quando tomei posse do cargo, fiz a mesma coisa, isto é, tive uma reunião com a comissão e também assegurei a total independência e a publicação do relatório nos termos exactos em que ele viesse a ser escrito. Esse livro branco, também ainda de acordo com o despacho da Secretaria de Estado de Energia e Minas, será submetido à Assembleia da República para discussão.

De certo modo, isto condiciona, à partida, a política do Governo em relação às centrais nucleares. É evidente que entretanto não se está parado. Quer o Ministério da Indústria quer a Empresa Nacional de Electricidade, a EDP, quer diversos sectores do Governo, estão a estudar o problema e, portanto existe um esboço de uma ou várias soluções. Poderei, para o informar, dizer-lhe que neste momento se pensa

que uma central nuclear, na melhor das hipóteses, demora sete a oito anos a construir. Isto é, a partir do momento em que se toma a respectiva decisão até ao momento em que a central possa entrar em carga na linha decorrerá um período, no mínimo, de sete anos num país desenvolvido, de nove anos num país subdesenvolvido. Penso que nós estaremos no caso intermédio, nos oito anos — é essa a probabilidade actual —, o que desde já leva a pensar que havendo embora imensa urgência em tomar uma decisão nesse sentido, ainda será necessário, para além da central térmica de Setúbal, proceder à construção de uma outra central térmica de características idênticas e cuja autorização não está definida. O problema, como digo, está no entanto em estudo e não representa ainda uma política do Governo.

É evidente que todo este processo está a ser feito tendo em linha de conta as reservas nacionais de urânio. Portugal tem reservas de urânio que, não sendo muito grandes, são no entanto generosas. Estamos numa situação em que as nossas reservas de urânio estão para as nossas necessidades de energia eléctrica assim como as reservas de urânio totais mundiais estão para as necessidades totais mundiais de energia eléctrica. Portugal está portanto na situação média. Há nações, como os Estados Unidos, a África do Sul, o Canadá, onde as reservas de urânio ultrapassam largamente as necessidades médias mundiais que esses países teriam de desenvolvimento energético normal. Outros países há que não têm urânio nenhum ou têm muito pouco. Assim, é evidente que Portugal é o caso de um país onde efectivamente a potencialidade em reservas de urânio é suficiente para assegurar um desenvolvimento típico em relação ao que se processará nos outros países do mundo.

O problema neste momento apresenta aspectos complexos. As centrais clássicas nucleares, isto é, aquelas que constituem mais de 95% do parque industrial termonuclear actual, têm um rendimento extremamente baixo e o aproveitamento do urânio é apenas da ordem de 1% e, como se sabe, existe outro tipo de centrais que têm um aproveitamento da ordem dos 60%. Presentemente, por razões políticas e de segurança mundial, este tipo de centrais está excluído. O problema é, portanto, um problema de observação e de estudo. Os nossos técnicos estão a acompanhar as diversas tendências e evoluções e penso que depois de a Assembleia da República ter apreciado o livro branco sobre a central nuclear, o Governo estará em posição de apresentar uma proposta completa de política energética, aproveitando as nossas reservas de urânio.

O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecassis (CDS): — Sr. Ministro, desculpe-me que lhe diga, lamento que tenha herdado um livro branco de que não é responsável. Mas dei-me ao trabalho de recolher alguns números, e nomeadamente de fazer um quadro do balanço energético, em termos de energia e de potência, que lhe oferecerei, pelo qual se constata que em 1981 o nosso défice de

energia começará a crescer de 1000 Gwh, até que em 1986 atingirá 5310 Gwh.

Para que as pessoas tenham alguma noção disto, direi que a produção hidrálica actual é de 6250 Gwh, o que quer dizer que estes números são perfeitamente astronómicos. Como isto começará em 1981 e o Sr. Ministro teve o cuidado de dizer, o que aliás confere com os meus números, que uma central nuclear levará oito anos a entrar em funcionamento, penso que não estamos em tempo de fazer livros brancos, mas sim em tempo de resolver problemas.

No que diz respeito a potência para cobrir as pontas de consumo, o nosso défice começará em 1980 com 25 MW e atingirá 1110 MW em 1986. Penso que, de facto, nesta altura talvez não haja outra solução, e, infelizmente, porque se perderam três anos, se não repetir o esquema do «estilo Setúbal». E o Sr. Ministro, que até foi um homem dos petróleos, sabe muito bem que para fazer funcionar uma central destas será necessário fuel e que a nossa produção, quando Sines estiver em funcionamento, será de 8 milhões de toneladas de fuel. Como nós consumimos na indústria e outros consumos 7 milhões de toneladas de fuel por volta de 1980, resulta daí que nos vai sobrar 1 milhão de toneladas e que teremos, portanto, se seguirmos essa via das centrais térmicas clássicas, uma necessidade de importações anuais, aos preços de hoje, da ordem dos 10 milhões de contos para fazer funcionar, em condições deficientes, a nossa energia.

Penso que estes números são extremamente graves e requerem uma acção governativa imediata, talvez com sacrifício do livro branco, para que o povo português não seja mistificado com falsas ideias de conservação da natureza, quando talvez se trate, mas é, de conservação da vida. Não sei como será possível fazer funcionar a indústria e conduzir o povo português a mais altos níveis de vida quando défices de energia desta ordem se estão a agravar de dia para dia.

Penso que haveria algumas medidas a tomar imediatamente. Recordo, por exemplo, que a central de Setúbal, III-IV não foi adjudicada. Recordo que Rio Maior continua a ser uma indecisão, quando me parece que nesta altura é um aproveitamento indispensável. Recordo que deveria ser necessário ainda em 1977 lançar os cadernos de encargos da central nuclear I e não comprehendo como é que se continua a não lançar imediatamente para a frente um aproveitamento como o do Lindoso, talvez o único aproveitamento hidráulico com possibilidade de fornecimento em energia, e não só, em ponta. Isto tudo são problemas que gostaria de saber se o Governo está disposto a enfrentar imediatamente, e como.

E já agora, relativamente a um outro aspecto de que o Sr. Ministro falou, o fraco aproveitamento nas centrais ditas térmicas nucleares, gostava de lhe perguntar se o Governo tem em conta que só é possível passar a centrais rápidas, e nomeadamente, a outras formas de aproveitamento de energia que no futuro se avizinharam, desde que nós entremos desde já no campo das nucleares. Se o não fizermos, teremos comprometido o nosso futuro não a dez anos mas sabe-se lá a quantos anos. Estar-nosá fatalmente vedado o aproveitamento de energias do tipo hidrogénio e o aproveitamento a 1%, de que o Sr. Ministro falou, do nosso urânio, pois eu diria

que é um problema comum a todo o mundo e não vejo que daí resulte grande mal, porque toda a gente sabe que seria possível a conservação das cinzas destes primeiros reactores enriquecidas em urânio para fazer funcionar as centrais rápidas de segunda geração. Gostava de saber se o Governo tem isto em conta e se está bem consciente da necessidade de acelerar este processo, fugindo a este canto de sereias em que andamos todos envolvidos, esquecendo-nos de que já temos poluição no Tejo e no Douro, vinda de Espanha.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ah, já temos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia: — Sr. Deputado, creio que V. Ex.^a está talvez a dramatizar um pouco a situação.

Em primeiro lugar, é evidente que não é a espera pelo livro branco que se está a preparar, e julgo que estará pronto dentro de algumas semanas, que vai comprometer o nosso programa energético. Basta dizer, por exemplo, que não tendo ainda sido possível decidir se, sim ou não, se faz a central de Rio Maior, que, como certamente os Srs. Deputados sabem, é para aproveitamento das lignites daquela região, o facto de se fazer, ou não, essa central, cuja construção é relativamente rápida, dará imediatamente ao País um adicional de energia que corresponde ao acréscimo anual actualmente. Portanto não é uma espera ou uma demora de mais seis meses, numa deliberação tão complexa e tão grave como é a da central nuclear, que vai comprometer a nossa segurança energética futura. Aliás, penso que, se optarmos por uma segunda central térmica, é muito provável que ela não venha a ser dotada pelos quatro alternadores de 250 MW, pois que dois serão suficientes.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — O Sr. Ministro teria dito que de facto a via convencional é possível, mas isso vai agravar de uma maneira espectacular o défice da nossa balança de pagamentos, como o Sr. Ministro sabe, na ordem dos 10 milhões de contos.

O Orador: — Bem, é todo um processo que se passa no tempo. Como sabe, o kilowatt-hora em energia termonuclear não é, neste momento, muito mais barato, ou sequer mais barato, que o kilowatt-hora em energia térmica clássica. Também não são exactos os números sobre a produção de fuel da refinaria de Sines. Infelizmente ela não vai produzir dois milhões de toneladas. Julgo, sim, que irá produzir bastante mais, talvez próximo dos três milhões e meio ou quatro milhões de toneladas, que é mais ou menos 35% da produção, existindo já no nosso país outra refinaria com quase a mesma capacidade e potência.

Para concluir, diria o seguinte: há que tomar uma decisão em relação à energia nuclear e essa decisão

convinha que fosse tomada durante o corrente ano. Não creio que a demora pelo livro branco e a sua discussão pela Assembleia da República possa comprometer esse esquema. Se o julgassem, não estaria no meu feito estar a dormir sobre o problema e já o teria levantado. É porque efectivamente estou convencido de que talvez não tenha chegado o momento para se poder tomar uma decisão dessas, que acho ser útil esperar pelas conclusões do livro branco, na medida em que a adopção do esquema nuclear traz compromissos irreversíveis para o País, que há que ponderar cuidadosamente antes de mergulhar nesse sentido.

Vozes do PSD e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis, para formular nova pergunta.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Se me dá licença, Sr. Ministro, para introduzir esta nossa pergunta, eu gostava de me referir à resposta que o Sr. Ministro do Plano deu ao meu colega Basílio Horta e pela qual nos parece poder concluir-se que durante o 1.º trimestre de 1977 o défice da balança de pagamentos foi de cerca de 130 000 contos por dia. Quer isto dizer que, durante esse período, se atingiu já metade do défice previsto para 1977, só no 1.º trimestre. Neste quadro eu penso que o problema das exportações é vital e daí o sentido da pergunta que lhe vou fazer.

De que modo está o Governo a conceber a adaptação da política industrial às necessidades decorrentes do pedido de adesão de Portugal ao Mercado Comum?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste ponto lamento, mas não devo poder dar uma resposta precisa e que possa satisfazer, certamente, o Sr. Deputado.

Em primeiro lugar, o nosso pedido de adesão ao Mercado Comum é extremamente recente. A resposta favorável, de princípio, mais recente ainda é, e as negociações respectivas ainda não se iniciaram. Por outro lado, eu sinto que se trata de um problema onde o Governo terá de intervir fortemente na economia. A experiência do que se passou com a nossa adesão à EFTA e com negociações feitas com a CEE em 1972 mostra que um certo fatalismo lusitano deixou, das duas vezes, escoar-se o tempo sem que fossem aproveitadas as vantagens que temporariamente nos eram dadas e, portanto, sem que, efectivamente, o País se encontre numa posição de equilíbrio, já adaptado ao abatimento das barreiras alfandegárias.

Neste momento estou a fazer um levantamento dos diversos sectores da indústria nacional e a fazer analisar a conjuntura e a situação específica de cada um desses sectores, prever quais os tipos de medidas de protecção especiais que será necessário pedir. Será assim constituído como que o dossier que há-de servir de base às negociações longas, duras e difíceis que vamos ter com o Mercado Comum, se e quando essas negociações se iniciarem. Nestes termos, e por-

que as soluções a adoptar dependerão daquilo que se conseguir negociar, pouco mais poderei acrescentar a V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Ministro, mais uma vez eu direi que o Sr. Ministro não é responsável por esta situação, mas não posso deixar de constatar que o Governo, hoje, põe uma tónica muito particular nos aspectos políticos da adesão ao Mercado Comum, esquecendo estas realidades comezinhas em que a gente vive. E uma delas é com certeza que para toda uma reestruturação de uma política industrial não são de mais dez anos para a pôr em prática, para formar quadros, escolher opções, fazer projectos e lançar indústrias em funcionamento. Aliás o Sr. Ministro citou um caso muito característico e que deveria ter sido objecto de meditação para o Governo — «já uma vez deixámos escoar o tempo e chegámos à altura sem estarmos preparados» — e eu temo que, de facto, possa acontecer, agora, a mesma coisa. Qualquer que fosse a nossa política industrial, mesmo admitindo que tenhamos alguma, com certeza que ela teria de ser alterada tendo em conta o problema da adesão ao Mercado Comum. A menos que nós queiramos lançar-nos à conquista da Europa com uma lata de sardinhas de conservas, debaixo do braço, o que me parece pouco. Caso contrário ficaremos condenados a ser, de facto, os subdesenvolvidos desse grande grupo que é a Europa que queremos conquistar.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Conquistar?

O Orador: — O Sr. Ministro falou-me no levantamento dos sectores industriais e eu penso que, de facto, isso era fundamental. Gostaria de saber se o Ministério da Indústria e Tecnologia e até o Ministério do Plano têm alguma ideia sobre a forma como deveria ser orientada e coordenada com outros sectores a actividade, por exemplo, do Fundo de Fomento de Exportação, em que se investem somas muito consideráveis, com proveitos muito débeis, a não ser, talvez, em exportações tradicionais. Penso que da actividade do Fundo de Fomento de Exportação, até hoje, não resultou qualquer ideia nova e criativa, particularmente com vista à adesão à Europa. Gostava de saber se o Governo também pensa que deveria fazer uma análise do quadro de importações do Mercado Comum, ou se a está a fazer, e daí tirar conclusões sobre os tipos de indústria que deveríamos conservar, aqueles que deveríamos transformar, aqueles que deveríamos desenvolver e aqueles que deveríamos criar, de maneira que não chegemos daqui a dez anos, pelo prazo que nos é dado, de braços cruzados e com o tal fatalismo lusitano que não resolve, de facto, os problemas de ninguém.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Nobre da Costa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu confesso que, talvez um pouco distraído pela imagem pitoresca do português com a lata de sardinha,

tive a impressão de que a segunda parte da pergunta do Sr. Deputado divagou um pouco da matéria em causa. O Fundo de Fomento de Exportação, evidentemente, tem uma determinada função e naturalmente que o *dossier* do Fundo de Fomento de Exportação e as informações de que dispõe farão parte dos dados de que o Governo se procurará socorrer para preparar o processo relativo às negociações para a entrada no Mercado Comum. E a propósito, como o partido de V. Ex.^a foi um dos que apoiou a nossa entrada no Mercado Comum, certamente que terá um *dossier* com sugestões concretas sobre a forma de proteger a nossa indústria e eu, desde já, agradeceria se me permitissem uma cópia, pois ele será tido em consideração.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — O papel da oposição é opor-se e não governar, Sr. Ministro.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Ministro, com certeza, teremos muito gosto nesse *dossier*, temos até muita pena de não o ter ainda, porque me parece que já seria tempo de se estar a pensar nestes problemas.

O Sr. Presidente: — Pena tenho eu que o Regimento não permitisse essa intervenção, mas ela já está feita e consumada.

Risos.

Como o Sr. Deputado Veiga de Oliveira não está presente, passa-se ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — O Sr. Deputado Veiga de Oliveira está ausente, em serviço da Assembleia. Por isso faço a pergunta em seu nome.

A Lei do Plano para 1977 estipula a adopção de medidas de política tendentes à consecução de algumas metas.

Entre essas metas figuram com todo o relevo as duas seguintes (citamos):

1. A manutenção do nível global de consumo privado em termos reais de 1976 com salvaguarda da participação do trabalho no rendimento nacional;
2. A fixação e controlo dos preços e garantias do abastecimento de produtos constantes na lista a publicar pelo Governo («cabaz de compras») ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores.

Entretanto o tão falado «cabaz de compras» acabou por promover a subida abrupta dos produtos nele incluídos, para além de não incluídos alguns géneros de primeira necessidade.

Por outro lado, a liberalização dos preços, operada na prática através da adopção de novo esquema que suprime a autorização prévia, reflectiu-se imediatamente no aumento indiscriminado dos preços da maioria dos produtos de primeira necessidade. ou seja, numa alta incontida do custo de vida.

Como e quando pretende o Governo cumprir as suas próprias medidas de política aprovadas nesta

Assembleia no que concerne à manutenção do consumo ao nível de 1976 em termos reais e como pensa pôr cobro à alta generalizada dos preços dos produtos essenciais ou de consumo corrente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, nós dividirímos esta resposta entre mim e o Sr. Ministro do Comércio.

O Sr. Presidente: — Dois minutos e meio para cada um. Os Srs. arranjaram um lindo Regimento, não há dúvida.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — A primeira parte da pergunta refere-se a aspectos ligados à política económica global e a segunda a aspectos de que, de facto, o Sr. Ministro do Comércio é o responsável directo.

Em relação à questão de saber como o Governo manterá em 1977 o nível global do consumo privado, o Governo pensa que não existe, neste momento, qualquer indicador que permita supor que esse facto não se poderá atingir. Ou seja, nós gostaríamos de saber se o Sr. Deputado pensa que existe algum elemento que lhe permita pôr em dúvida que o consumo privado em 1977 não se mantenha ao nível, em termos reais, que se verificou em 1976.

Em segundo lugar, salvaguarda a participação do factor trabalho no rendimento nacional é evidentemente uma preocupação. Julgo que, nesta matéria, o Governo poderá no 2.º semestre de 1977, iniciar uma política de rendimentos adequada a tentar salvaguardar esta política; e terá de o fazer neste 2.º semestre, e não antes, porque não se pode admitir uma política de rendimentos enquadrada no Plano a médio prazo. É em meu entender, portanto, neste contexto que julgo possível, no 2.º semestre, o Governo dar elementos concretos para permitir e garantir a salvaguarda do actual nível de remuneração do factor trabalho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Mota Pinho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Efectivamente a pergunta formulada pelo Sr. Deputado comportava aspectos múltiplos, como foi reconhecido pelo próprio perguntante, que a dirigiu ao Governo através dos Ministérios competentes.

Passando a responder à segunda parte, a parte que se refere àquilo que o Governo pensa fazer relativamente à alta de preços, designadamente dos bens de consumo corrente, dos bens essenciais, eu quero começar por afirmar que, nesta matéria, o Governo pensa manter, e manterá, uma política de justo equilíbrio entre a satisfação das necessidades básicas da população, tentando manter na máxima medida possível o seu poder de compra, sobretudo o dos estratos com

menor poder de compra, e a necessidade imperiosa do desenvolvimento — única via de assegurar às populações um nível de vida decente.

Acentuo este aspecto porque por vezes fala-se vagamente, superficialmente, ligeiramente, do problema dos preços e não se acentua o problema e a necessidade da reconstrução económica. A reconstrução económica importa necessariamente, todos o sabem, é elementar, uma certa pressão sobre os preços. É evidente que, dentro deste contexto e dentro desta tensão entre as consequências das duas políticas — a de estabilidade dos preços e a de reconstrução e desenvolvimento — cabe ao Governo fazer o máximo possível para assegurar, no tocante aos bens essenciais, a contenção maior possível. Dentro deste pensamento, eu quero chamar a atenção do Sr. Deputado perguntante, enfim, a esta Assembleia e ao País, de que o Governo tem feito um esforço intenso para manter a estabilidade dos preços, designadamente dos preços contidos no «cabaz de compras». Estou tanto mais à vontade para salientar esse esforço quanto é certo que, quando esse regime foi instituído, não fazia parte do Governo. Em todo o caso quero esclarecer, quantificando, que o Governo dedica à sustentação dos preços desse lote de produtos de primeira necessidade nove milhões de contos, o que revela uma sensibilidade clara à defesa do poder de compra dos estratos mais desfavorecidos. Nove milhões de contos cujo significado relativo pode ser devidamente apreciado se nós tivermos em conta que o instituto financeiro através do qual se processam os subsídios destinados à contenção de preços, o chamado Fundo de Abastecimento, tem uma receita global de pouco mais de 16 milhões de contos. Desses 16 milhões de contos, cerca de 13 milhões provêm dos impostos sobre os combustíveis. Este número pode gerar em muitas pessoas a mirífica ilusão de uma possibilidade ilimitada de intervenção. Simplesmente os 13 milhões de contos provindos dos combustíveis são objecto, imediatamente, duma erosão, no montante de 9 milhões de contos, no próprio sector dos combustíveis. Quer dizer, sempre dentro desta política de conciliar o consumo com as necessidades do desenvolvimento e com as necessidades da indústria, os impostos cobrados em alguns combustíveis, como a gasolina, são transferidos para o subsídio dos combustíveis necessários à indústria (o fuelóleo, o gasóleo, o petróleo) num montante que atinge cerca de 9 milhões de contos. Isto permite avaliar o significado relativo dos 9 milhões de contos de subsídios ao «cabaz de compras».

Naturalmente que, no que toca à contenção dos preços, o Governo tem a percepção clara de que a melhor forma de os conter, ou melhor, de assegurar o poder de compra real da população, porque é nessa perspectiva que os preços ganham significado, é o desenvolvimento económico, é o investimento, é o aumento da produção. Esse é o quadro geral sem o qual nenhuma medida tem, aqui, um significado reivindicativo. Mas para além do seu empenhamento na realização deste objectivo basilar, deste objectivo no qual tem de se alicerçar toda a política séria dirigida à defesa do poder de compra, o Governo actuará pontualmente em muitos sectores. Assim, por exemplo, o Governo pensa e está a adoptar medidas no sentido de revitalizar, de potenciar, de tornar mais eficaz a

fiscalização económica. Aprovou nesse sentido uma resolução que criou um grupo de trabalho para um período de tempo muito curto, vinte dias, que se estão a esgotar, apresentar propostas concretas de potenciação dos meios de fiscalização, de articulação da fiscalização com as autarquias locais e com as forças de segurança e propostas de medidas legislativas penais e de ordenação social que assegurem a mais eficaz defesa dos consumidores.

Pensa o Governo construir mercados abastecedores que permitam, através da publicidade inerente às exportações dos produtos, realizar uma efectiva dissuasão da alta de preços. O primeiro abrirá no Porto e a primeira fase estará construída no mês de Junho. Pensa o Governo construir silos, tem os respectivos projectos em vias de começarem a ser executados. A construção de silos para cereais diminuirá os encargos de transporte, diminuirá os encargos de preço unitário, permitindo compras em grande quantidade. Esses silos são construídos no Porto — será, finalmente, começado a construir o silo de Palenca que se arrasta há anos — e serão ampliados os silos do Poço do Bispo. Efectivamente é importante que o Governo procure conseguir o máximo de vantagens na compra de produtos alimentares no exterior, produtos que estão em alta, e de todo o tipo de produtos. Temos de fazer todos os esforços para conseguir os melhores preços de compra nos cereais, no açúcar, na carne ou outros produtos.

Pensa ainda o Governo publicar uma portaria, com aplicação a partir do próximo mês de Junho, fixando um preço da batata de consumo inferior em mais de 10% ao actual preço de venda ao público, estabelecendo ao mesmo tempo um preço de garantia adequado ao produtor, um preço de garantia, esclarece, que não significa o preço máximo pelo qual é possível ao produtor vender o produto, o preço de garantia destinado a servir como último meio de escoar os produtos que não tenham sido escoados pelos mecanismos normais de mercado.

Pensa o Governo, e vai fazê-lo rapidamente, fixar o preço da carne de suíno, neste momento um preço livre, a um nível inferior ao que se pratica actualmente no mercado. E possivelmente, em relação a um ou outro produto, poderá, beneficiando-se de condições de compra que se consignam em negociação relativamente a produtos de importação, estabelecer-se uma ou outra ligeira redução dos preços.

Acentuo novamente que, relativamente a muitos produtos — o pão, o leite, o arroz, as massas, as margarinas, os óleos, as farinhas, o sabão, os dietéticos, as rações para animais —, o Governo suporta um pesado encargo com a sustentação dos preços actuais, pelo que, relativamente a esses produtos, a questão que se põe não é a questão de saber se o nível de preços é muito ou pouco elevado, mas a questão de saber qual não seria esse nível de preços se o Governo não fizesse esse esforço relativamente a eles.

Outros aspectos pontuais que poderei indicar, exemplificativamente, são estes: pensa o Governo que vai, e tem pronta a respectiva portaria, tornar obrigatória a afixação, nos estabelecimentos de venda de carne congelada, de um letreiro ou outro elemento estável que assegure o dia e a hora da chegada das respectivas remessas, para impedir qualquer tipo de actuações que têm, necessariamente, uma repercussão altista.

E está também o Governo a providenciar que a distribuição de bacalhau que se vai, efectivamente, processar seguidamente seja feita controladamente, com a colaboração da fiscalização económica e das forças de segurança, em ordem a poder estabelecer-se um permanente controlo do destino desse produto, desde as secas e os armazéns do respectivo organismo de coordenação económica e os seus destinatários.

O Sr. Deputado pergunta-me o que é que se pensa fazer para travar a alta de preços. Dei-lhe algumas respostas, dei-lhe, efectivamente, uma resposta quanto ao enquadramento global desse problema e dei-lhe indicação de algumas medidas avulsas. Mas cabe, também, perguntar quais são algumas das principais causas pelas quais se verificam as tensões inflacionistas. Ora, essas causas, como é reconhecido por quantos se debatem objectivamente sobre a questão, são da mais variada índole e delas não é o Governo responsável.

Com efeito, o Governo não é responsável nem pela subida de combustíveis nem pela subida dos produtos alimentares importados nem pela subida de matérias-primas. O Governo não é responsável pelo aumento da população portuguesa num montante de cerca de 10%, fenómeno não igualado em qualquer país da Europa nos tempos recentes, e resultante quer do regresso dos desalojados das ex-colónias quer dos militares desmobilizados, o que significa um aumento de procura global verdadeiramente impressionante, repito, em termos comparativos, não verificado no nosso tempo e em nenhum outro país da Europa.

O Governo não é responsável pela produtividade escassa de um certo número de empresas que se encontram nessa situação e que se encontravam nessa situação. Foi, assim, encontrada pelo Governo, resultante de factores de diversa índole, muitos dos quais certamente do conhecimento do Sr. Deputado.

O Governo não é responsável, por exemplo, pelas perturbações de ordem social verificadas na zona da Reforma Agrária, que se reflectem, naturalmente, na produção — perturbações praticadas em detrimento e violação da legalidade democrática.

O Governo não é responsável pela redução ou pela delapidação que, directamente ou por repercução, se verificou no montante das divisas. Se o Governo, por um toque mágico de varinha de condão, pudesse reconstituir um «stock» de divisas de que dispunhamos em 1975, manteria os preços ao nível que efectivamente quisesse. Todas estas circunstâncias são circunstâncias que explicam, em larga medida, as tensões inflacionistas que se verificam.

O Sr. Presidente: — Por acaso a Assembleia já se apercebeu da luta que eu aqui estou a travar com a minha consciência e com o Regimento?

Imaginemos esta hipótese: há um perguntante que faz uma pergunta que tem de ser respondida por três Ministros e cada Ministro só tem um minuto para responder.

Esta foi uma situação que os Srs. arranjaram...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — É uma questão de poder de síntese, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Mas como viram, estou com uma condescendência que me parece que está de har-

monia com as realidades e até com a importância deste debate.

Faça favor, Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Agradeço as duas respostas e, em relação à primeira, queria chamar a atenção do Sr. Ministro do Plano de que, devia ser o Governo a trazer os números e não nós. Mas parece-me que não é muito difícil verificar, analisando a realidade económica portuguesa, com a alta do custo de vida, com o congelamento de salários, ou seja, com o facto de os salários não poderem aumentar mais de 15% que a repartição do rendimento entre o capital e o trabalho se deteriorou. Aliás, o sr. Ministro com certeza que dispõe, tal como eu, de algumas projeções e estimativas do Departamento Central de Planeamento onde isso é apontado.

Em relação à segunda questão, eu queria também chamar a atenção do Sr. Ministro de que a sua teoria, segundo a qual é necessária uma pressão nos salários para se dar o desenvolvimento, é uma teoria caduca, que cai pela base e que é indemonstrável.

Além disso, lembro-lhes, por exemplo, em relação aos produtos alimentares, que nestes três meses subiram trinta pontos. Não foi num ano, Sr. Ministro, foi nestes três primeiros meses.

Verifico também que o Sr. Ministro disse que o Governo pensa muita coisa, mas lamento dizer-lhe também que, efectivamente, em relação àquilo que pensa, não dá resposta nem garante uma travagem da alta do custo de vida. O Sr. Ministro avançou com a fiscalização, com a repressão. Todavia, não é a repressão às pequenas e médias empresas que importa, pois não são essas as principais causadoras da especulação mas sim os grandes intermediários e para esses o Sr. Ministro nada referiu.

Em segundo lugar, o Sr. Ministro não falou da intervenção dos organismos de coordenação económica e eu esperava que o Sr. Ministro nos trouxesse alguma palavra sobre isto. Falou da construção de mercados, mas isso não basta se eles estiverem vazios, Sr. Ministro.

Além disso, chamou também a atenção para o facto de o Governo não ser responsável por um conjunto de acontecimentos que se verificaram na nossa economia. Mas eu pergunto: o Governo é ou não responsável pela desvalorização do escudo? É a desvalorização do escudo traduziu-se ou não num aumento de custo de vida, vai ou não traduzir-se no futuro numa alta do custo de vida? É ou não o Governo responsável pela liberalização na fixação dos preços pelas empresas? É isto vai ou não traduzir-se no aumento do custo de vida?

Essa teoria da inflação importada e ainda o apontar de que a produtividade baixou, ou de que é diminuta, sem apontar termos comparativos, sem indicar empresas nem sectores, não é absolutamente nada, nem tem dados para o comprovar, Sr. Ministro. Se não, convido-o a demonstrá-lo aqui.

O Sr. Presidente: — Chamo a sua atenção, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, de que já passaram dez minutos sobre a hora fixada para este ponto da nossa ordem de trabalhos de hoje e que era de duas horas.

O Orador: — Quanto às reservas, de facto seria

bom que, pelo menos, os governos que se sucederam depois de 1975 mantivessem as reservas que lhes deixaram. Esse é um caso que gostaremos de ver explicado.

Em relação ao problema da Reforma Agrária, é propriamente a intervenção na Reforma Agrária, são as medidas contra a Reforma Agrária, são as medidas contra as nacionalizações, são as medidas contra o controlo operário, são as medidas contra as leis tendenciais da economia que levarão ao agravamento da situação económica.

Risos.

E não só ao agravamento da situação económica. Levarão ao aumento da repressão, como estamos a ver, e não só à lei do funil, Sr. Ministro.

Chamo a atenção também para isto, porque quando o Governo tem casos graves, como, por exemplo, o caso da Matur, em que os trabalhadores ou pseudo-trabalhadores ligados à D. Fernanda ocupam essa empresa, nem uma pistola de alarme usa para afastar esses trabalhadores. No entanto, quando é para as desanexações, quando é para as reservas que depois são deixadas ao abandono, o Governo tem, então, a possibilidade de mostrar todo o aparato policial intimidativo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder Sr. Ministro Mota Pinto.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Mota Pinto): — Sr. Deputado, vejo que a minha resposta originou uma réplica muito viva, embora formalmente muito correcta, da parte do Sr. Deputado e creio que, todavia, para poder construir a sua réplica, o Sr. Deputado perguntante teve de recorrer, em larga medida, a um expediente retórico-dialéctico muito corrente...

Aplausos do PS

O Orador: — Expediente esse que é o de deformar as minhas respostas, o de construir um alvo artificial e atirar contra ele.

Com efeito, o Sr. Deputado disse que eu tinha dito que o Governo ia incrementar a repressão às pequenas e médias empresas, mas ninguém me ouviu dizer isso. A fiscalização, que vai actuar com eficácia, que está a ser reestruturada, é, sem dúvida, uma condição necessária embora não suficiente. Aliás, creio que o Governo, se pensasse isso, teria muito a aprender sabemos todos com quem contra o uso excessivo e violento, para além do respeito mínimo pelos direitos humanos, em matéria de fiscalização económica.

O Sr. Herculano Pires (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo vai realizar e vai pôr de pé um esquema de fiscalização que actuará em todos os sectores onde se verifiquem infracções antieconómicas.

O Sr. Deputado disse também que eu não tinha feito qualquer referência aos organismos de coordenação económica e, ainda aqui, estava, de certo modo, a alterar o conteúdo das minhas respostas. Com efeito, nas medidas avulsas ou específicas que eu referi, várias vezes citei intervenções de regularização, formas de intervenção de organismos de coordenação econó-

mica. Falei na distribuição de bacalhau, falei nas remessas de carne que são feitas chegar aos estabelecimentos pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários, falei na fixação de um novo preço da batata que é feita após estudo e intervenção da Junta Nacional das Frutas. Quero também esclarecer que não disse que o Governo pensava construir mercados. Disse, sim, que o primeiro ia abrir no Porto, no mês de Junho.

O Sr. Deputado falou igualmente na responsabilidade do Governo quanto à desvalorização. O Governo, ponderadas todas as circunstâncias ou as características da economia portuguesa, tomou a decisão correcta da desvalorização. E a desvalorização, que efectivamente tem, como todos sabem, uma repercussão no aumento dos preços dos produtos importados, também incrementa em termos superiores as nossas exportações e, em particular, o turismo, fonte de receita importante entre todas as que participam na vida da economia portuguesa.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é o que falta demonstrar.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Mas, Sr. Ministro se me dá licença, essa é mais uma afirmação indemonstrável, porque a vida mostra precisamente o contrário.

Há quantos meses é que já foi a desvalorização do escudo e como é que se tem verificado, por exemplo, em relação ao défice da balança comercial? Está a dar-se precisamente o contrário. Portanto, não basta o Sr. Ministro dizer que é «assim», que é «assado». Diz-se que vão aumentar as exportações quando, na prática, isso não está a acontecer.

Vozes do PS: — Isso não é verdade.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Dá-me licença Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, talvez para si seja uma questão de palavras, uma questão não demonstrável. Todavia, devo dizer-lhe que o meu colega do Governo foi particularmente correcto, para responder à amabilidade do Sr. Deputado.

Mas, já agora, para que encontremos o tom, poderei explicar-me que significado tem para o Sr. Deputado a palavra «conspirar», já que, há pouco, disse que se conspirava contra a Reforma Agrária? O Sr. Deputado estava a referir-se à reunião realizada na Presidência da República para tratar de problemas da Reforma Agrária ou a outras?

Risos do PS.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Dá-me licença, Sr. Ministro?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Eu podia protestar, mas não protesto. Vou só dizer o seguinte: o Sr. Ministro estava desatento, porque eu não falei em conspiração nenhuma.

O Orador: — Falou, sim, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Não falei, não, Sr. Ministro.

O Orador: — Falou, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não falei, Sr. Ministro.

Portanto, não vai insistir em dizer que falei numa coisa em que não falei. Eu não falei em conspiração absolutamente nenhuma.

Risos.

Mas quem é que falou em tal?

O Orador: — Sr. Deputado, se não disse, por acaso...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não é por acaso, nem deixa de ser por acaso!...

O Orador: — Deixe-me terminar, Sr. Deputado, porque senão também me enervo e não consigo chegar ao fim.

Risos.

Portanto, eu peço ao Sr. Deputado que me deixe terminar.

Se, por acaso, não utilizou a palavra conspirar, eu retiro-a imediatamente. Mas, muito honestamente, creio tê-la ouvido.

Portanto, se a não disse apresento-lhe as minhas desculpas. Mas não se enerve, Sr. Deputado.

Risos.

O Sr. Carlos Carvalhas (POP): — Com certeza, peço-lhe é a máxima atenção, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Mota Pinto): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Só mais um minuto, Sr. Ministro, e para terminar.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Mota Pinto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As observações que o Sr. Deputado Carlos Carvalhas me fez foram múltiplas e variadas, e eu quero referir que, no que toca às reservas, neste país toda a gente sabe como se fez uma grande delapidação das reservas em divisas ou em ouro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Simplesmente, mesmo que essa redução se verificasse depois, também toda a gente sabe, porque corresponde a um dado elementar da economia, que os resultados das políticas económicas desastrosas se verificam com efeitos retardados e muito tempo depois das medidas que geraram esses desequilíbrios.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, vou terminar dizendo que, efectivamente, as causas principais da tensão inflacionista que se verifica e que o Governo procura corajosamente enfrentar são aquelas que há pouco indiquei.

Por isso, quando ouço certas forças políticas clamarem contra a alta dos preços, lembro-me irresistivelmente da pessoa que deita fogo ao pinhal e que vem para a estrada gritar que ele está a arder.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Terminou o período dedicado a este primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos.

Em matéria de inflação, o «regimentozinho» que V. Ex.^{as} elaboraram está excessivamente inflacionado e não concede a palavra para neste assunto a mais ninguém.

Vou interromper a sessão e...

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Presidente, se me dá licença e se me fizer um imenso favor, peço-lhe que conceda ainda a palavra ao Sr. Ministro do Plano. Isto porque foi feita uma pergunta pelo Sr. Deputado Carlos Carvalhas e, se o Sr. Presidente consentir, pelo menos essa metade da resposta o Sr. Ministro do Plano dá-la-á.

O Sr. Presidente: — Vamos lá transigir mais uma vez com a inflação.

Risos.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós pedimos a palavra apenas com a preocupação de que não digam que o Governo não quer responder às questões formuladas.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Penso que a primeira parte da pergunta que nos foi posta, sobre a manutenção do nível global do consumo privado, em termos reais de 1976, com salvaguarda da participação do factor trabalho no rendimento nacional, é uma questão que é uma petição de princípio e o Governo, portanto, não tem de vir aqui demonstrar aquilo que é a sua intenção e o seu desejo e que neste momento considera que está a cumprir. Aliás, caberá a quem pergunta demonstrar que não é assim.

De resto, para esclarecimento, devo dizer que nós persistimos na ideia de que é possível manter a participação do factor trabalho no rendimento nacional de 1977 em relação a 1976, desde que sejam eliminadas as componentes marginais de produtividade negativa que, em 1975 e 1976, efectuaram importantes desvios nesse factor de participação.

Além disso, o Sr. Deputado pôs em causa que o Governo estivesse a actuar de forma a prejudicar os interesses da população e das camadas mais desfavorecidas. Eu reputo que isso não tem validade, e pergunto se não se considera positivo que, apesar de alguns aumentos que não nos foi possível evitar, a população disponha hoje da possibilidade de se

abastecer de uma forma relativamente regular dos bens essenciais. A alternativa a isto qual é? É o fechar as fronteiras, é o fazer barbas, é o racionalamento.

Nós queremos evitar isso a todo o custo, mas, se necessário for, recorreremos a esses processos. Todavia, nós somos um poder democrático e pretendemos exercer o nosso poder de forma democrática.

O Sr. António Macedo (PS): — Correcto!

O Orador: — E devo dizer, para quem não quer ver, que apesar de tudo e por estes processos, alguns progressos se têm verificado. Basta dizer que no ano passado, nesta altura, a drenagem de divisas era de 180 000 contos por dia e neste momento, como, de resto, já foi aqui sublinhado, é de 120 000 contos. Mas acrescento que a tendência que se está a verificar é, significativamente, de melhoria.

Perguntou também o Sr. Deputado se a desvalorização tinha tido alguns efeitos. Sobre isso tenho a dizer-lhe que os efeitos estruturais são a médio prazo e que em relação ao turismo e às remessas de emigrantes teve efeitos espectaculares. As remessas do 1.º trimestre de 1977 são 100 % superiores às remessas de igual período do ano passado.

Aplausos do PS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, mas há-de reconhecer, com certeza, que este pobre Regimento inflacionário está a ser violado constantemente por todos nós, a começar pelo Presidente, com a sua condescendência habitual, mas eu tenho de terminar com isto.

O Sr. Deputado vai fazer uma intervenção, vai fazer uma pergunta, o Sr. Ministro há-de querer responder e eu pergunto: quando é que acabo com isto?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente: Eu peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor de interpelar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Entende a Mesa que o regime especial deste período de perguntas ao Governo consente o regime normal de protesto quando, para tal, um grupo parlamentar ou um Deputado se sente atingido na sua dignidade e na dignidade do seu comportamento nesta Assembleia?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado, que nesse caso concreto pode protestar.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo este protesto, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, por sublinhar a elegância do Sr. Ministro Jorge Campinos ao retirar uma afirmação que, por lapso auditivo, tinha atribuído ao meu camarada Carlos Carvalhas.

Entendo, no entanto, que o Sr. Ministro retira também as ilações que a partir dessa atribuição equivoca começara a fazer.

E, finalmente, lamento que o Sr. Ministro Mota Pinto — que conhecemos aqui na Assembleia Constituinte — tenha terminado os seus esclarecimentos com uma insinuação que de todo repudiamos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, suponho que é em virtude desta inflação a este Regimento magnífico que me é dado interpretar e aplicar que ficam sem resposta seis perguntas, apresentadas ao Governo pelos Srs. Deputados Carlos Robalo (CDS), Carlos Carvalhas (PCP) e Acácio Barreiros (UDP).

Este período de perguntas ao Governo está, portanto, encerrado.

No entanto, desejava que os representantes dos grupos parlamentares se reunissem no meu gabinete, agora mesmo, para esclarecer umas dúvidas sobre a interpretação de um artigo do Regimento.

Interrompo a sessão até às 18 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 55 minutos.

A seguir ao intervalo ocupou o seu lugar habitual na Mesa a Sr.ª Secretária Amélia de Azevedo.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos prosseguir os nossos trabalhos com as declarações políticas referentes aos últimos acontecimentos ocorridos nos Açores.

Para esse efeito e para solucionar algumas dúvidas surgidas em relação ao n.º 5 do artigo 83.º do Regimento, reuni com os grupos parlamentares e, depois de ouvida a maioria da Mesa, foi deliberado aceitar a inscrição do Sr. Deputado Jaime Gama em primeiro lugar e, em segundo lugar, a inscrição do representante do Partido Social-Democrata, pelo período de dez minutos cada intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama, caso não haja recurso da deliberação da Mesa.

Pausa.

Como ninguém se opõe, tem V. Ex.ª a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista sempre tomou uma posição clara, responsável e patriótica sobre a questão dos Açores. Fugindo a qualquer espécie de ambiguidade, preconizou para o arquipélago, durante o debate travado na Constituinte, um sistema de autonomia regional como forma de descentralização política e administrativa do Estado. E tem sabido permanecer fiel na defesa da legalidade democrática, demonstrado que só na paz cívica é possível assegurar o funcionamento das instituições regionais previstas na Constituição. Todo o apoio financeiro tem sido dado pelo Governo, com aprovação desta Assembleia, aos órgãos das Regiões Autónomas, desde o financiamento dos défices orçamentais ao elevado montante atribuído a vários investimentos directos.

O PS sempre considerou que o separatismo, como fenómeno político, devia ser combatido com meios políticos, graças ao empenhamento das várias forças

políticas no esclarecimento da opinião pública. E que seria imprescindível que todos os actos de violência fossem rigorosamente punidos como perturbadores da ordem constitucional e do normal funcionamento das instituições democráticas nacionais e regionais. Nem uma nem outra coisa se verificou. Algumas correntes políticas não responderam ao nosso apelo de esclarecimento e quase sempre os actos de violência ficaram impunes.

Como estaria hoje diferente a situação se, na devida altura, todos se tivessem empenhado na consciencialização serena dos seus eleitores e se não tivessem permanecido impunes os autores de intimidações, ameaças, pressões, agressões, espancamentos, raptos, tentativas de atropelamento, inscrições obscenas nas paredes, danificação de viaturas, atentados bombistas e crimes de fogo posto! Esta situação de ódio e de terror, que se vive com particular dramatismo na cidade de Ponta Delgada — e de que têm sido principais vítimas os militantes do meu partido —, não diminuiu com a entrada em funções do Governo Regional. O debate em tempos proposto pelo secretário-geral do PS sobre a questão açoriana tinha toda a razão de ser e é possível que nos encontrássemos em condições diferentes se não tivesse sido recusado pelo principal destinatário.

Que terá o Dr. Mota Amaral a esconder à opinião pública para se ter recusado a analisar comigo na RTP o problema dos Açores? Que receio em relação aos portugueses estará na base de o PSD se ter recusado a participar numa mesa-redonda que a RDP hoje organiza com os partidos desta Assembleia?

Em democracia, os problemas têm de ser debatidos, não devem ser escondidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PS está, pois, a verificar que todas as suas advertências estão a ser confirmadas. Aqui, e sobretudo pela voz dos nossos Deputados na Assembleia Regional dos Açores, temos apresentado várias críticas à acção do Governo Regional. Mas a questão fundamental é a de saber em que linha política se inscreve a actuação desse Governo.

Com efeito, o Governo Regional dos Açores nunca condenou o separatismo, isto é, nunca disse que era contra o separatismo. Tem, é certo, condenado actos de violência. Mas nunca exprimiu a sua discordância quanto às intenções e aos objectivos políticos dessa mesma violência. Nunca o Governo Regional esclareceu se entende a autonomia constitucional como forma de descentralização do Estado e reforço da unidade nacional ou, pelo contrário, como etapa de um processo cujo objectivo a médio prazo não poderá ser outro senão a separação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Todos os atritos entre os Órgãos de Soberania e a Região têm sido empolados pelas autoridades da Região no sentido de criar artificialmente a ideia de que existem um povo açoriano e uma nação açoriana vítimas de discriminação por parte de uma metrópole continental que se apresenta como entidade colonizadora. Tudo de bom que existe nas ilhas é obra do Governo Regional, tudo de mau resulta do Governo da República. Chega-se ao des-

caro de apresentar à população metas perfeitamente utópicas — como o plano a médio prazo para a Região, que prevê um crescimento económico anual de 60% —, ...

Risos do PS.

... a fim de, posteriormente, explicar que tais objectivos não puderam ser alcançados em virtude da má vontade de Lisboa ou, como se diz, de Portugal. Os ataques que têm sido lançados contra o Ministro da República por parte do Governo Regional inserem-se nesta estratégia, bem como a generalização de um clima de intriga contra o mesmo Ministro e o seu gabinete. Tal actuação, a nosso ver lesiva de um entendimento constitucional e legítimo da autonomia, tem sido possível graças a uma constante intoxicação da opinião pública local, feita através dos meios de comunicação, e ainda porque as autoridades da Região se têm empenhado no metódico apagamento e subalternização do papel da Assembleia Regional, bem como no sistemático boicote à divulgação dos pontos de vista da oposição.

Não se trata, nesta declaração, de fazer um ataque táctico, irresponsável ou demagógico ao partido com principais responsabilidades na Região. Nem se trata de pretender explorar quaisquer divergências entre esse partido e um Órgão de Soberania. Esta questão é uma questão nacional e a sua resolução não passa pela agudização de tensões entre as forças políticas ou entre estas e as entidades de cuja cooperação, entendimento e acção conjunta se espera a resolução da crise.

A situação seria mais clara se o PSD, à semelhança do que fizeram o PS, o CDS e o PCP, tivesse apoiado a posição do Presidente da República.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É certo que o Dr. Sá Carneiro, na cobertura política que deu neste caso ao Governo Regional dos Açores, não chegou ao ponto de o apoiar expressamente, também não é menos certo que até aqui nunca se identificou com o comunicado da Presidência. Nos Açores, o Governo Regional condenou o que considerou um acto de força — isto é, a actuação das forças armadas e de segurança —, nada disse sobre o ataque à mão armada ao Comando da PSP e à colocação de um explosivo na Estação Radionaval dos Açores e, discretamente, omitiu qualquer referência à nota oficiosa do Presidente da República. Um Deputado do PSD à Assembleia da República, eleito por Ponta Delgada, iria, todavia, mais longe ao declarar que o povo açoriano não podia deixar de repudiar a posição expressa pelo Presidente da República. Ao mesmo tempo, em Lisboa, tentava-se fazer crer que os acontecimentos em S. Miguel — «sem gravidade» — constituíam apenas o pretexto para uma manobra de diversão da opinião pública. Ao classificar como problemas menores o que se passava em Ponta Delgada — incluindo uma tentativa de atentado à mão armada das instalações da PSP —, o presidente do Partido de maior implementação na Região pretendeu ocultar uma realidade grave, mas não o conseguiu.

Por virtude da sua implementação nacional, e apesar do peso da sua representação insular, o PSD mais

cedo ou mais tarde será levado a assumir uma posição clara sobre a questão dos Açores. Assim o exige o povo português e a esmagadora maioria do seu eleitorado.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — E porque compreendemos o melindre da situação e a função aglutinadora — e nacional — que pode desempenhar nos Açores um partido com a implantação do PSD, é que não desejamos que esses elos de ligação se esbatam ou se partam. Desde que o enquadramento partidário do PSD seja integralmente assumido nos Açores pelos responsáveis locais, em sintonia com a sua estrutura nacional, desde que a ida aos Açores do presidente do Partido seja uma realidade natural e não uma indesejada intromissão, estarão dados os primeiros passos no sentido de uma solução do problema.

Entretanto, a gravidade da situação criada e as posições assumidas levam-nos a admitir que, no quadro da actual Assembleia Regional, cuja dissolução ou suspensão não preconizamos nem desejamos, seria possível encontrar um novo centro de gravidade para a composição do Governo Regional. Cada vez mais resulta evidente que o seu presidente deve merecer a confiança expressa do Presidente da República, bem como ser capaz de assegurar uma cooperação leal com o Ministro da República, sob pena de se deverem tirar daí as necessárias ilações políticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O carácter nacional de um partido tem sido posto à prova nesta emergência. Não vimos aqui para o acusar em tribunal ...

Risos do PSD.

... mas, visto que se trata de um problema nacional, debater a questão e apresentar as linhas de solução que o nosso partido propõe. Em torno da posição enunciada pelo Presidente da República, e no quadro desta Assembleia, o PS afirma que é possível um entendimento democrático sobre esta questão. A crise açoriana exige denodo para a enfrentar e é em torno do apoio inequívoco à posição do Presidente da República que se deve iniciar o exame desse problema e propor a terapêutica adequada. O PS está disposto a analisar com as forças políticas representativas, no quadro institucional adequado, as vias que conduzam a uma consolidação da autonomia constitucional, com o consequente empenhamento político em defesa da legalidade democrática, das liberdades públicas, da posição assumida pelo Presidente da República, da unidade nacional e da Constituição. É esta a nossa proposta. Caberá agora ao PSD demonstrar na prática se dá o exemplo de adoptar como comportamento, em área da sua responsabilidade, aquilo que repetidamente exige dos outros. O País julgará pelos factos a sinceridade das intenções, na certeza de que — em resposta ao apelo aqui dirigido pelo general Eanes em 25 de Abril — uma plataforma de convergência sobre a questão açoriana, que nós desejamos, seria um contributo valioso para o futuro da democracia e para Portugal.

Aplausos do PS e PCP.

O Sr. Presidente: — Algum Sr. Deputado deseja formular pedidos de esclarecimento?

Pausa.

Como ninguém se inscreve, dou a palavra ao Sr. Deputado Sá Carneiro, também para uma declaração política.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desde domingo passado que o País tomou conhecimento, inicialmente através de uma nota da Presidência da República e seguidamente através das várias tomadas de posição, dos incidentes ocorridos nos Açores. Estes incidentes tiveram lugar a propósito da presença de uma bandeira durante as festas do Santo Cristo dos Milagres, festa religiosa que é a maior festa açoriana.

Não houve ainda um relato circunstanciado dos factos. Tomaram posição o Presidente da República, o Governo Regional e houve tomadas de posição dos vários partidos. O Governo da República não tomou posição, nem por si nem através do Ministro da República.

Seguiram-se incidentes lamentáveis e condenáveis na madrugada de domingo para segunda-feira. Hoje, felizmente, a situação está calma. Não há a lamentar maior violência nem ocorrências mais graves, sobretudo devido à calma e à disciplina de que o povo de S. Miguel deu mostras, e também devido à serenidade do Governo Regional.

Quis ver-se no comunicado da Presidência da República uma censura ao Governo Regional, falando na inacção deste mesmo Governo.

O Governo Regional, posto perante os factos, entendeu que, em face do ambiente, dada a comemoração da festa, seria preferível que o apear da bandeira tivesse lugar só após a realização das festas, por iniciativa e actuação da câmara municipal. Assim não foi entendido e teve lugar uma operação militar que, na madrugada de sábado para domingo, procedeu ao apeamento da bandeira da autonomia — que é também usada por movimentos separatistas — e da bandeira nacional.

O Governo Regional, por um lado, nunca teria poderes para fazer intervir as forças armadas e, em segundo lugar, nunca poderia tomar a iniciativa e executá-la de mandar apear a bandeira nacional.

Estes incidentes foram apresentados como de extrema gravidade e ouvimos aqui o Deputado do Partido Socialista Jaime Gama fazer uma proposta antecedida de considerações e de uma espécie de ultimato ao Partido Social-Democrata.

O Partido Social-Democrata rejeita a visão separatista destes incidentes que foi trazida a esta Casa pela declaração do Deputado Jaime Gama. E rejeita a visão separatista porque estes incidentes têm de ser vistos no todo nacional. Só quem não entenda os Açores como fazendo parte de um todo nacional, com a sua autonomia política, administrativa e financeira, consagrada na Constituição, pode querer esquecer a situação do todo português e deter-se apenas na situação dos Açores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Social-Democrata condena

e condenou sempre todo o separatismo, tanto o de certas forças que, directa ou indirectamente, fomentam o separatismo do continente em relação aos arquipélagos, como o de todas as forças que, nos arquipélagos, fomentam o separatismo das ilhas em relação ao continente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tão separatistas são umas como as outras.

Risos do PS.

O Governo Regional condenou o separatismo. A Assembleia Regional condenou o separatismo.

O Sr. Deputado Jaime Gama deve saber que a moção aprovada na Assembleia Regional, na sua primeira sessão, contém a proclamação da adesão expressa à autonomia constitucional e a condenação do separatismo e que essa moção foi feita por iniciativa do Partido Social-Democrata, correspondendo a idêntica tomada de posição do Governo Regional.

A situação é, no seu todo, bem mais grave do que a situação açoriana e ela explica muitos dos fenómenos separatistas, sem os justificar.

Quando o todo nacional, no seu presente e em atenção à sua história, se vê abalado nos seus alicerces ao ponto de o Primeiro-Ministro actual falar de uma crise de identidade nacional, não se espantem as pessoas se há movimentos que, mercê da força centrífuga dessa crise de identidade nacional, procuram um separatismo, procuram um «salve-se quem puder».

Essa realidade, facilmente explicável, não pode ser, nem é, justificada ou justificável, nem pelo nosso partido nem para qualquer partido democrático. Tem de ser combatida por meios políticos. Tem de ser combatida pela resolução da crise nacional em que nos encontramos mergulhados.

Que se desiludam os que julgam que, tendo o monopólio do Poder ao nível do Governo da República, podem impor a política de um outro partido.

A declaração que aqui ouvimos do Deputado Jaime Gama não é mais do que uma tentativa para dizer ao Partido Social-Democrata como deve proceder, e mesmo uma tentativa para dizer ao Partido Social-Democrata como organizar as viagens do seu presidente aos Açores.

Preocupe-se o Partido do Governo com os problemas do Governo, que são bastante grandes, e não queira impor ou regular, apesar de já dominar muito a vida nacional, a vida dos outros partidos. Da nossa parte encontrará sempre a resposta adequada. E a resposta adequada para a crise nacional é, como há muito vimos dizendo, um entendimento entre os partidos democráticos, a obtenção de uma maioria democrática estável e o processamento de todas as iniciativas para que se estabeleça a convergência democrática. Mas nós, precisamente porque não somos separatistas, não propomos nem aceitamos uma plataforma para os Açores, mas sim uma plataforma nacional, da qual os Açores — porque não somos separatistas nem nunca o fomos — farão parte.

Aplausos do PSD.

Vir propor uma plataforma açoriana quando se recusa uma plataforma nacional, vir propor uma convergência de partidos democráticos açorianos quando se recusam as iniciativas para uma convergência de partidos democráticos nacionais, isso, sim, é que nos parece uma visão separatista, incompatível com uma verdadeira concepção constitucional.

Aplausos do PSD.

A nossa resposta está, pois, dada. Estava-o antecipadamente. O Partido Social-Democrata promove, aceita e estudará todas as iniciativas para que seja possível um acordo fundamental entre partidos democráticos acerca da política nacional a seguir nos próximos anos. Recusará qualquer seccionamento dessa perspectiva, seja em relação aos Açores, seja em relação à Madeira, seja em relação ao Alentejo.

O Partido Social-Democrata tem da situação nacional uma visão menos optimista do que aquela que muitas vezes transparece de certas declarações políticas. E tem o sentido da proporção quando se trata de problemas locais, o mesmo sentido da proporção que levou o Primeiro-Ministro, depois de há tempos ter feito um apelo para o combate ao separatismo, ter dito ontem que o separatismo era, nos Açores, ultraminoritário e que constituía um fenómeno de somenos importância, praticamente limitado à ilha de S. Miguel.

Não foi por se não ter querido o diálogo ou a participação numa suposta frente anti-separatista que estes incidentes se verificaram. Foi, sim, pela circunstância de, aí mesmo, não se terem assumido as devidas responsabilidades.

O Presidente da República encarou frontalmente a situação, assumiu a responsabilidade de uma resolução. O mesmo fez o Governo Regional.

O Governo Regional não dispõe do comando de várias instituições necessárias à prevenção e repressão criminal. Isto depende em grande parte dos chefes militares e depende do Governo da República. Não vimos aqui — repito — qualquer actuação do Governo da República ou do Ministro da República nos Açores.

E mais uma vez, precisamente por uma certa inibição — para usar o termo do editorial de um director socialista que falava de certa inibição do Governo Central —, mais uma vez, dizia, em face dessa inibição e dessa inacção, o Presidente da República viu-se obrigado a assumir uma responsabilidade que, em bom rigor, competia ao Governo da República.

O Presidente da República merece e tem o apoio e a confiança do Partido Social-Democrata. E nem por ter havido num comunicado do Secretariado Regional do PSD dos Açores uma frase menos feliz isso modifica a posição do nosso partido em relação ao Presidente da República. O que não podemos de modo algum aceitar é que, num incidente que, inicialmente, foi uma tempestade num copo de água e teve depois repercussões de violência condenável na noite de domingo para segunda-feira, se queira transformar esse incidente num pretexto para, por meios mais ou menos melífluos, tentar o derrube do Governo Regional dos Açores. O Governo Regional dos Açores responde, politicamente, nos termos da Constituição.

ção, perante a Assembleia Regional. A intervenção do Sr. Deputado Jaime Gama e a sugestão que fez, quase de novo Governo, esbarraram com essa disposição e esbarraram, sobretudo, com a possibilidade de procurar trazer para aqui a responsabilização do Governo Regional, talvez porque não se sabe ou não se pode actuar devidamente no quadro da Assembleia Regional. É aí que os partidos que não estão no Governo Regional devem criticar e devem — se necessário — apresentar uma moção de desconfiança em relação a esse mesmo Governo. Que não se procure confundir as coisas. Que se respeite a Constituição até ao fim.

Violência, agressões e assaltos, todos os lamentamos. Mas não os lamentamos mais uma vez separatisticamente, pensando só nos que ocorrem nos Açores. Eles são bem poucos se os compararmos com os que ocorrem no território nacional.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Sr. Presidente: — Está esgotado o tempo da sua intervenção, Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Orador: — E de quem é a responsabilidade do que ocorre em vastos sectores de todo o território nacional senão do Governo da República?

Ainda hoje vimos na Imprensa que declarações recentes de um ministro do Governo da República acerca da criminalidade são desmentidas pelos lamentáveis factos diários e hoje, mais uma vez, vimos noticiado nos jornais mais um gravíssimo assalto.

Esgotado o meu tempo, concluo a minha intervenção. O Partido Social-Democrata assumirá sempre, e frontalmente, as suas responsabilidades. Mas não permitirá, de modo algum, quaisquer manobras que procurem atirá-lo contra o Presidente da República ou fazer crer que o Presidente da República está contra ele. Também não permitirá que se não cumpra a Constituição e que se procure derrubar o Governo Regional por meios políticos ínviis e por campanhas de Imprensa.

O Governo Regional dos Açores tem e continua a ter a confiança do Partido Social-Democrata e saberá dominar a situação como tem sabido até aqui. Oxalá o Governo da República tivesse um tão grande apoio popular, um tão grande apoio social e um tão grande apoio político como tem o Governo Regional dos Açores.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A propósito da intervenção do Sr. Deputado Sá Carneiro, desejava pôr-lhe quatro questões.

Primeira questão: Em que declaração o Governo Regional dos Açores ou o seu Presidente fizeram a condenação política do separatismo?

Segunda questão: Que pensa do facto de o Presidente do Governo Regional dos Açores ter assistido, em Ponta Delgada, à final da Taça de Portugal de

hóquei em patins com a bandeira separatista içada no local em que a final se realizou?

Terceira questão: Que comentário faz à declaração do Presidente da Assembleia Regional dos Açores a propósito da acusação de que o Governo Regional tem sido brando em relação ao separatismo, segundo a qual «nunca viu o Governo Regional fazer uma refutação em termos de arrumar com as dúvidas de uma vez para sempre»?

Quarta e última questão: Se o Sr. Deputado Sá Carneiro concorda com o comunicado da Presidência da República?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sá Carneiro deseja responder já ou depois de todas as perguntas terem sido formuladas?

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Também para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Borges Nunes.

O Sr. Borges Nunes (PS): — Sr. Deputado Sá Carneiro: Várias das perguntas que lhe queria fazer já foram formuladas pelo meu camarada Jaime Gama, pelo que apenas lhe ponho a seguinte questão: em que documentação é que o Sr. Deputado se fundamenta para dizer que a bandeira da autonomia é também usada pelos separatistas e não que a bandeira dos separatistas é também usada por alguns autonomistas?

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Igualmente para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O PCP tornou pública, ontem, uma nota de que destacamos os dois trechos que passo a ler.

O primeiro: «O PCP, partilhando das justas preocupações e do firme repúdio expresso na nota da Presidência da República, considera que os acontecimentos registados em Ponta Delgada ofendem a consciência e a dignidade nacionais e são uma clara provocação contra o regime democrático consagrado na Constituição.»

O segundo: «A autonomia regional que a Constituição justamente assegura aos arquipélagos não pode, de forma nenhuma, servir de pretexto para actividades contra o regime democrático e contra a unidade nacional. A autonomia regional deve ser exercida no quadro da Constituição e no seu respeito e não contra a Constituição e no seu permanente desrespeito.»

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Isto resume a posição do meu partido nesta questão. Entretanto, as preocupações que manifestámos neste comunicado relativamente à atitude do Governo Regional e a certas zonas da direcção do PSD/PPD reforçaram-se com a declaração política que acabamos de ouvir, e isso suscita-nos alguns pedidos de esclarecimento.

Pareceu-me ouvir o Sr. Deputado Sá Carneiro defender que a bandeira rebelde dos separatistas podia

continuar hasteada até ao fim das festas religiosas, e pergunto: Condena ou não o Sr. Deputado Sá Carneiro o hastear da bandeira rebelde separatista? Condena ou não o Sr. Deputado Sá Carneiro a substituição do símbolo nacional, que é a bandeira da República, pela bandeira separatista? Condena ou não o Sr. Deputado Sá Carneiro as violências cometidas? Condena ou não o Sr. Deputado Sá Carneiro os constantes atentados às liberdades que são praticados no arquipélago dos Açores ...

Vozes do PSD: — No Alentejo!

O Orador: — ..., e dos quais, muito recentemente, o meu partido foi vítima através do atentado contra a única sede que conseguimos ter em todo o arquipélago e que não se situava em Ponta Delgada?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Olha quem fala!

O Sr. Presidente: — Para perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP por várias vezes condenou e alertou as forças democráticas para os crimes dos separatistas, que é o mesmo que dizer para os crimes dos fascistas nas ilhas. Porque — o Sr. Deputado Sá Carneiro, como principal responsável do partido maioritário nas ilhas, não o deve ignorar — os cabecilhas do separatismo são precisamente os principais responsáveis fascistas, defensores da ligação ao continente enquanto aqui vigorava o regime fascista. E dado que o Sr. Deputado Sá Carneiro que, segundo li na Imprensa, esteve nos Açores e, atendendo à sua posição no Partido Social-Democrata, deve conhecer bem a situação daquele arquipélago, quero perguntar-lhe quais foram as medidas já tomadas pelo Governo Regional em relação aos separatistas ali conhecidos, alguns dos quais se exibiram e de quem apareceu uma fotografia alusiva a uma manifestação separatista que até já foi publicada por jornais de grande divulgação em Portugal.

Também quero perguntar se o Sr. Deputado Sá Carneiro condena com veemência ou não a exibição da bandeira separatista pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, dado que na sua intervenção não ouvi qualquer referência condenando esse facto.

Atendendo a que não se exibe uma bandeira separatista para aproveitar demagogicamente os sentimentos religiosos do povo açoriano — é curiosa a posição do Governo Regional ao dizer que a melhor altura para a tirar era precisamente após o encerramento das festividades religiosas —, também lhe quero perguntar quais foram as medidas tomadas pela Polícia em relação aos elementos separatistas, dado que nas ilhas o Governo do seu partido, quando se trata de reprimir os trabalhadores, se tem mostrado bastante activo e o da Madeira ofereceu ainda há pouco tempo um triste e revoltante espectáculo ao lançar a PSP contra os trabalhadores.

São estas as perguntas que queria colocar ao Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Sr. Presidente: — Ainda para perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado Sá Carneiro: As perguntas que lhe vou fazer faço-as na firme convicção de que desta vez obterei resposta e de que o Sr. Deputado não se limitará a dizer que não tem satisfações a dar a Deputados comunistas, como aqui já aconteceu há pouco tempo.

Risos.

As perguntas que tenho para fazer são simples e são as seguintes:

O Sr. Deputado Sá Carneiro disse que a bandeira da autonomia também é a bandeira do separatismo e eu gostaria de saber se desconhece que a proposta do PSD, feita na Assembleia Constituinte, de admitir para as regiões autónomas uma bandeira própria foi expressamente rejeitada pela Assembleia Constituinte. Considera o Sr. Deputado que é possível que a bandeira do separatismo seja também a bandeira da autonomia? Ou será que isso só pode ser assim para aqueles que por autonomia têm entendimento igual a separatismo?

Segunda pergunta: O Sr. Deputado afirmou que o Governo Regional responde perante a Assembleia Regional e eu fiquei com uma dúvida que creio que é importante ser esclarecida e que é esta: quereria o Sr. Deputado significar que o Governo Regional responde apenas perante a Assembleia Regional e, portanto, negar que também responde, através do Ministro da República, perante os Órgãos de Sobreraria competentes e nomeadamente perante o Presidente da República? Ou será que o Governo Regional está furtado a uma responsabilidade política, a não ser perante a Assembleia Regional? E, se é este o entendimento, qual a base constitucional de tão insólita interpretação?

Terceira pergunta: Pareceu-me retirar — e se esta conclusão não é lícita, peço-lhe que entenda a pergunta como não feita — a conclusão de que haveria neste país dois governos: um Governo da República, que na realidade acabaria por ser o Governo do continente, e Governos regionais, que acabariam por ser os únicos e autênticos governos nacionais nas Regiões Autónomas. Ficou-me, porém, esta dúvida: considera o Sr. Deputado que o Governo Regional e o Governo da República estão colocados no mesmo pé? Considera, portanto, que o Governo da República não é também Governo da área das Regiões Autónomas?

Quarta e última pergunta: Disse o Sr. Deputado — para justificar, ao que me pareceu, a não intervenção do Governo Regional na questão da retirada da bandeira separatista — que o Governo Regional não tem possibilidade de comando sobre forças militares.

Entretanto, ocorre-me perguntar que diferença é que existe entre a actuação passada não há muito tempo no Funchal — em que o Governo Regional da Madeira, com o apoio entusiástico do PSD nacional, mobilizou as forças de intervenção da PSP contra trabalhadores pacíficos — e a actuação em que, perante o enxovalho à unidade e à dignidade nacionais, o Governo Regional dos Açores não encontrou a mesma capacidade de mobilização das forças da ordem de que aparentemente pode dispor.

Eram apenas estas as quatro perguntas que lhe queria fazer, Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro Jorge Campinos.

O Sr. Ministro sem Pasta (Jorge Campinos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em princípio, não desejava intervir neste debate mas, dado que o Sr. Deputado Sá Carneiro fez uma afirmação grave em relação ao Governo e o interpelou, gostaria de formular, conservando o sentido da proporção, duas perguntas.

Em primeiro lugar, gostaria de saber em que dados o Sr. Deputado Sá Carneiro se fundamenta quando diz que o Governo da República não tomou posição, nem em si nem por intermédio do Sr. Ministro da República para os Açores. Houve contactos repetidos no sábado e no domingo entre a Presidência do Conselho e a Presidência da República. O comunicado da Presidência da República foi feito porque o Sr. Presidente da República é, para o Governo e penso que para todos nós, o símbolo da unidade nacional e esses acontecimentos punham, numa ilha determinada, em causa essa mesma unidade nacional.

Em segundo lugar, afirmou o Sr. Deputado Sá Carneiro que foi por inibição do Governo que o Sr. Presidente da República se viu obrigado a assumir essa responsabilidade. Gostaria de saber, Sr. Deputado, se o Sr. Presidente da República o autorizou a afirmar tal coisa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Ainda para perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Patrocínio Martins.

O Sr. Patrocínio Martins (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Atendendo àquilo que se está a ouvir e a observar nesta Assembleia, é lógico pensar que não virá longe o dia, e pelos mesmos motivos por que aqui se trata este debate, em que algum movimento separatista irá surgir em Trás-os-Montes, mais concretamente no distrito de Bragança.

Sendo assim, e porque o Sr. Deputado Sá Carneiro falou em monopólio do Poder, quero perguntar-lhe se não se estaria a referir, até para sua salvaguarda, à perseguição que elementos do seu partido me fizeram depois de um comício do Partido Socialista em Moncorvo.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — E a mim fizem-me em Vimioso!

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Sá Carneiro quer consultar os seus apontamentos, posso aguardar alguns minutos antes de lhe conceder a palavra para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente, mas posso responder já.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — O Sr. Deputado Jaime Gama formulou alguns pedidos de esclarecimento sobre factos diversos daqueles que eu e ele próprio referimos.

Pergunta o Sr. Deputado quando e onde condenou o Governo Regional o separatismo. Citei-lhe já a declaração da Assembleia Regional e o próprio comunicado do Governo Regional no início dos trabalhos da Assembleia Regional. Fê-lo, mais do que uma vez, em várias declarações do seu Presidente, fê-lo em comunicados, fê-lo em diversas entrevistas. Aliás, para além daqueles locais que lhe citei concretamente, poderá encontrá-las na imprensa que é do seu conhecimento.

Por outro lado, aludiu ao final da taça de futebol, que tinha tido lugar com a bandeira separatista hasteada...

Vozes do PS: — Hóquei em patins!

O Orador: — Ora o Sr. Deputado Jaime Gama não quererá com certeza aludir a outras reuniões públicas, até com militantes do seu partido, em que, de repente, apareceram bandeiras separatistas e em que se viram forçados a continuar as reuniões, apesar da existência dessas mesmas bandeiras.

Isso sucedeu até, infelizmente, durante a própria campanha eleitoral do general Ramalho Eanes.

O Presidente do Governo Regional, estando presente nesse acontecimento, não sancionou, de modo algum, a bandeira separatista ou a sua presença. Agora, o que é necessário é que se esclareça bem por que é que a bandeira que é usada pelos separatistas, e que é praticamente igual à tradicional bandeira da autonomia, aparece durante as festas do Santo Cristo.

Uma voz do PS: — Coincidência!

O Orador: — A bandeira nacional e a bandeira branca e azul, com as estrelas e o açor, aparecem em Ponta Delgada por deliberação da Câmara Municipal, tomada por iniciativa de um vereador eleito pela lista do Partido Socialista, o Sr. Carlos da Costa.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — E esta?

O Orador: — Logo na sexta-feira são hasteadas as duas bandeiras e só no sábado, tanto quanto é do meu conhecimento, se inicia uma reacção, se transmite para aqui a situação e se diz que ela é muito grave.

Uma voz do PS: — E era!

O Orador: — Mais tarde, como referi na minha declaração, as forças armadas arrearam, não só a bandeira da autonomia mas também a bandeira nacional.

A bandeira da autonomia tem tradições nos Açores há mais de duzentos anos. É a bandeira do período em que houve efectivamente autonomia, autonomia muito menor do que aquela que a Constituição hoje consagra. Os movimentos separatistas aproveitaram-se dessa bandeira com algumas pequenas

modificações; contudo insusceptíveis de permitir que uma da outra se destrinçem perante o olhar do público, perante o conhecimento vulgar das pessoas.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim, ambas são azuis e brancas, ambas têm o açor e as estrelas. E daí a confusão entre a bandeira da autonomia, que tem tradições históricas nos Açores, e a bandeira usada pela FLA.

Aquilo que a Câmara Municipal de Ponta Delgada deliberou, e o que fez, foi engalanar as praças com as cores da autonomia, azul e branco, com a bandeira tradicional da autonomia, com a bandeira nacional e com as cores nacionais. E só perante a especulação que sobre isso se fez se dispôs a arrear a bandeira tradicional da autonomia.

Quanto às declarações do Sr. Presidente da Assembleia Regional que o Sr. Deputado Jaime Gama referiu, para além de a matéria exceder manifestamente a de qualquer pedido de esclarecimento, essas declarações, no seu conjunto, tanto quanto me recordo delas, não põem em cheque o Governo. Não tenho, portanto, nenhum comentário especial a fazer-lhes.

De resto, creio que nem essa matéria poderia ser tão ao de leve aqui versada, ao ponto de, num pedido de esclarecimento, se pedir um comentário às declarações do Presidente de uma Assembleia Regional, de um Órgão de Soberania local.

Quanto ao comunicado da Presidência da República, o Sr. Deputado Jaime Gama quer fazer um processo de intenções. E vem, a propósito de esclarecimento, fazer uma pergunta pessoal e exigir uma resposta, fazer uma inquirição: «O senhor concorda com o comunicado ou não?» Acho um péssimo caminho esse, o de aqui se iniciarem processos de intenção ou de se procurar fazer perguntas acerca das convicções íntimas das pessoas.

Risos do PS.

Os Srs. Deputados riem-se do mau caminho? Vejo que afinal há uma certa vocação inquisitorial.

Disse que era um mau caminho e assim é, o que não é motivo para que eu não responda à pergunta.

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — O comunicado da Presidência da República, em tudo aquilo que afirma os princípios e as acções, merece a minha aceitação, mesmo quando fala no princípio da existência de uma bandeira da autonomia para os Açores, quando condena as acções das forças minoritárias, quando proclama a necessidade de as forças democráticas lutarem contra as minorias violentas ou separatistas, ou antidemocráticas — seja de que lado forem, acrescento eu.

E com isto termino a resposta ao Sr. Deputado Jaime Gama. Salvo erro, não ficou nenhum pedido de esclarecimento por responder.

Quanto ao Sr. Deputado Borges Nunes, já o que disse acerca da bandeira da autonomia responde ao seu esclarecimento. Tem efectivamente tradições. Esse ponto é focado no comunicado da Presidência da República...

O Sr. Borges Nunes (PS): — Essas tradições só nasceram depois do 25 de Abril!

Uma voz do PS: — Oh pá, cala-te lá!

O Orador: — O Sr. Deputado Borges Nunes pediu-me alguma interrupção? Se quer interromper, faça favor de pedir, que eu consinto. Agora estar a dizer coisas sem pedir autorização é que não, porque eu posso não ouvir devidamente e não responder. E faço questão de responder. Se quer interromper, faz favor.

O Sr. Borges Nunes (PS): — É que essas tradições, Sr. Deputado, só nasceram depois do 25 de Abril.

Risos do PS e PCP.

Há aqui uma grande confusão entre a bandeira da autonomia e a bandeira do separatismo. É que, Sr. Deputado, eu sou açoriano ...

Vozes do PSD: — Não parece!

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Mal empregado!

O Orador: — ... e em 1822 existiu realmente um projecto de bandeira de autonomia para os Açores, mas em 1918 existiu uma bandeira separatista nos Açores, criada nos Estados Unidos da América por um Sr. Cónego Cristiano de Sousa.

Risos do PS e PCP.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Deputado, não há aqui qualquer confusão. As minhas tradições são as tradições nacionais, não são as tradições a que o senhor se referiu, dos Estados Unidos. As tradições da bandeira são as da bandeira nacional e as da bandeira da autonomia, tendo esta última efectivamente tradições.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nós não importamos bandeiras nem quaisquer outras políticas dos Estados Unidos. Nem nos Açores, nem aqui.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Disse já ao Sr. Deputado que essa bandeira tem as tradições da autonomia. E efectivamente está reconhecido já o princípio da existência de uma bandeira da autonomia.

O Sr. Deputado Carlos Brito perguntou-me se condenava ou não o hastear da bandeira. Já lhe disse aquilo que se tinha passado. Parece-me que, sendo a bandeira susceptível de confusão com a bandeira separatista, havendo o perigo de confusão e de aproveitamento, não estando ainda fixada a bandeira da autonomia, não devia ter sido hasteada. E, por isso, se me fosse pedida opinião, eu condenava a iniciativa do vereador da lista do PS que propôs esse hasteamento.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E acho que foi mal hasteada essa bandeira nessas circunstâncias. Mas regozijo-me pela circunstância de ter estado sempre associada à bandeira nacional e de nem a Câmara nem nenhum partido terem tido algo a ver com o atentado que se verificou na noite de sábado para domingo, em

que pessoas não identificadas cortaram a adriça da bandeira nacional, que logo no dia seguinte foi reposta pela Câmara Municipal.

Condenei da tribuna, mais uma vez, todas as violências. As violências dos Açores, as violências da Madeira e as violências do continente, sejam no Alentejo, sejam em Trás-os-Montes. Condenei as violências, e, portanto, parece-me que esse seu pedido de esclarecimento não tem razão de ser. E aludi designadamente às violências verificadas na noite de domingo para segunda-feira, nos Açores e em Ponta Delgada.

Quis o Sr. Deputado Acácio Barreiros saber as acções que o Governo Regional tinha promovido contra os separatistas. Pois essas acções são efectivamente de repressão através das forças que do Governo dependem, e que são bem poucas. A acção contra os separatistas tem esse aspecto de repressão, mas tem também o aspecto político. Na medida em que haja uma situação política estabilizada, na medida em que a situação social melhore, na medida em que haja um maior e mais efectivo apoio do Governo da República ao Governo Regional, na medida em que haja uma melhor e mais efectiva ligação através do Ministro da República, o separatismo diminuirá. Sempre que se fomente um ambiente de instabilidade, de contestação, de arruaça, o separatismo aumentará como aumentará, com certeza, quando se agrave a situação económica, quando se não veja uma política definida e a nível nacional. Em suma: o separatismo agrava-se sempre e na medida em que cresça o desânimo, o descontentamento, aqui apontado em termos veementes pelo Sr. Presidente da República em 25 de Abril. E essas circunstâncias, infelizmente, estão a verificar-se, como o próprio Presidente da República aqui apontou.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Dá-me licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Agradeço ter-me deixado interrompê-lo.

Gostaria que me desse um exemplo que seja de uma acção repressiva tomada em relação aos separatistas, porque qualquer militante da UDP nos Açores, como possivelmente qualquer militante do PSD nos Açores, poderá indicar alguns dos responsáveis de acções separatistas e nomeadamente quem participou num comício feito com a bandeira separatista numa varanda, penso que do Governo Civil, em S. Miguel. Peço, pois, que me mencione alguma prisão ou qualquer outro acto. E tomei como exemplo as atitudes que os mesmos governos PSD têm tomado em relação aos trabalhadores quando colocam a Polícia e parecem dispor de meios para actuar no sentido que eles entendem que deve ser a ordem democrática nas ilhas. Portanto, dê-me um exemplo de uma medida concreta em relação a um separatista, a um chefe separatista, a um responsável, que são apontados por qualquer pessoa nos Açores.

O Orador: — Sr. Deputado, em relação a essa interrupção eu respondo perguntando-lhe: já a UDP deu concretamente esses elementos para que se

possa tomar a atitude concreta? Já a UDP levantou essa questão e deu esses elementos à Assembleia Regional, designadamente?

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Dá-me licença?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — O Sr. Deputado não ignora que a UDP não concorreu às eleições nos Açores ...

O Orador: — O Sr. Deputado também falou na Madeira e na repressão na Madeira. Misturou as duas coisas.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — A seu tempo a UDP apresentou um voto de protesto, juntamente com o Partido Socialista, sobre a actuação da Polícia na Madeira. Mas poderá encontrar há muito tempo, nas páginas do jornal *A Voz do Povo*, não só as fotografias dos separatistas participantes nesse comício, que, aliás, já saíram mais recentemente em jornais de grande divulgação, com os nomes dos principais responsáveis ...

O Orador: — Não me faça ler o jornal *A Voz do Povo*, mande-o à Polícia Judiciária, mas essa não depende do Governo Regional. Pode ser que o Governo da República lhe possa dar alguma satisfação, mas não me faça ler, que eu realmente não vou ler.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Mas, se me dá licença, já que disse que o Governo já tomou algumas medidas repressivas, agradeço-lhe que me dê o exemplo de uma.

O Orador: — Sr. Deputado, já lhe citei a política do Governo em relação aos separatistas, as acções que tomou, designadamente na madrugada de domingo para segunda-feira. A Polícia actuou repressivamente contra os separatistas, contra os movimentos minoritários que feriram a tiro, lamentavelmente, condenavelmente, vários órgãos da Polícia de Segurança Pública. E se fizer a análise, encontrará vários. Agora se o Sr. Deputado tem elementos, isso é fôro da Polícia Judiciária, do Ministério da Justiça, não é fôro do Governo Regional.

O Sr. Deputado perguntou se o Partido Social-Democrata condona a bandeira separatista. Já em respostas anteriores tomei posição em relação à bandeira separatista, que condenamos, porque condenamos o separatismo, e à sua distinção da bandeira autonomista. Mas em matéria de bandeiras também condenamos veementemente factos como os que aconteceram no Porto, na véspera do 1.º de Maio, em que as bandeiras nacionais foram retiradas para serem substituídas pelas cores da Intersindical.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às medidas tomadas pela Polícia para repressão dos separatistas, já lhe dei a resposta e já lhe falei nas acções concretas tomadas de domingo para segunda-feira.

O Sr. Deputado Vital Moreira, terá sempre de mim a resposta que merecer.

Risos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em primeiro lugar, já ficou muito claro que a bandeira não é a mesma. Eu não disse que a bandeira era a mesma, já expliquei o que se passa com a bandeira da autonomia e a separatista.

Quanto à sua pergunta se eu sei que aqui, durante o funcionamento da Constituinte, foi negada a existência de uma bandeira, eu responder-lhe-ei que isso não afecta, de modo algum, a existência de uma bandeira da autonomia — de resto, hoje, felizmente, posso dizer-lho, alicerçado até na própria expressão do Sr. Presidente da República, que na sua nota oficial, tão aqui falada, diz, como certamente o Sr. Deputado não ignora, mas talvez não lhe tenha ocorrido, porque senão, talvez não pedisse esse esclarecimento ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ocorreu, ocorreu!

O Orador: —... diz que já foi aprovado o princípio da existência de uma bandeira da Região Autónoma.

Uma voz do PCP: — Não aquela!

O Orador: — Portanto, a existência de uma bandeira da Região Autónoma não está vedada; pelo contrário, está reconhecida pelo Presidente da República e não está vedada pelo que se passou na discussão na Assembleia Constituinte.

Depois levantou um problema constitucional, o de saber se o Governo Regional só responde perante a Assembleia Regional. E de facto assim é, porque o artigo 233.º da Constituição, no seu n.º 4 diz:

O Governo Regional é politicamente responsável perante a Assembleia Regional [...]

Esta disposição não tem, como sabe, paralelo quanto ao Governo da República, nem há uma disposição paralela, quanto ao Governo Regional, do preceito constitucional que diz que ao Presidente da República cabe exonerar o Primeiro-Ministro. Esta matéria está desenvolvida, de resto, no estatuto provisório, será definitivamente regulada no futuro estatuto definitivo das regiões autónomas. Mas, de facto, o Governo Regional responde apenas perante a Assembleia Regional. E esse foi até um dos argumentos com que eu disse que me parecia totalmente despropositada a tentativa de o Sr. Deputado Jaime Gama estar aqui a exigir responsabilidades ao Governo Regional, responsabilidades essas que só podem ser exigidas na Assembleia Regional.

Perguntou em seguida se o Governo da República e o Governo Regional actuam no mesmo pé, ou seja, se o Governo da República não é também o Governo das regiões autónomas.

É evidente que o Governo da República é o Governo do todo nacional e é no todo nacional que se inserem as regiões autónomas. O Governo Regional tem um âmbito político e geográfico menor

do que o Governo da República. O Governo da República estende a sua acção também às regiões autónomas. Este foi um ponto muito claramente focado na minha exposição.

E precisamente porque o Governo da República também é politicamente responsável pelo que se passa em muitos sectores das regiões autónomas, precisamente porque há um Ministro da República encarregado de gerir os serviços que dele dependem, de superintender e de fazer a ligação com o Governo Regional, é que eu digo que o Governo da República devia ter assumido as responsabilidades neste incidente, devia ter aparecido, devia ter intervindo, e não o fez, o que considero lamentável.

Quanto ao que se passou na Madeira, há um lapso. Na Madeira intervieram — e tanto quanto eu sei por instruções do Governo e do Ministro da República — forças da Polícia de Segurança Pública, nas circunstâncias que já aqui foram descritas neste mesmo hemiciclo. Não houve participação das chamadas forças de intervenção nem das forças armadas. O Governo Regional não tem qualquer comando sobre as forças armadas nem sobre vários organismos de polícia, como seja a Polícia Judiciária.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E ainda bem!

O Orador: — O Sr. Deputado terá a sua opinião!...

A circunstância de essas forças não estarem na dependência do Governo Regional deriva do próprio mecanismo constitucional de autonomia. O que se passou na Madeira não tem, pois, qualquer paralelo com o que se passou nos Açores, a não ser para mostrar a divergência de posições de forças que condenam uma intervenção policial na Madeira e depois atacam o Governo Regional e o mesmo partido por não se ter feito uma intervenção nos Açores, quando ela foi feita na medida do possível. O que não se pode aceitar é que se procure atacar politicamente, sempre que se pode, um partido só porque um seu governo regional manda intervir e o outro não, o que até nem é exacto. Estas ambiguidades colocam muito mal quem as pratica.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª Alda Nogueira (PCP): — Não há ambiguidade nenhuma, Sr. Deputado.

O Orador: — O Sr. Ministro Jorge Campinos fez duas perguntas. Começarei por responder à segunda.

Se o Sr. Ministro Jorge Campinos quer saber se o Sr. Presidente da República me autorizou a dizer que houve inibição do Governo da República, só tem que perguntar ao próprio Sr. Presidente da República.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro Jorge Campinos, como Ministro do Governo da República, devia saber que não se pergunta a um Deputado aquilo que o Sr. Presidente da República lhe teria dito ou não. Não se pergunta a um Deputado, nem a ninguém.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Deputado Sá Carneiro: Agradeço-lhe imenso o facto de me ter deixado interrompê-lo. A sua última intervenção foi muito rápida. Fiz um grande esforço para compreender a razão por que um Ministro do Governo da República não deve fazer um pedido de esclarecimento desse tipo e peço-lhe o favor de me explicar um pouco melhor, porque ainda não entendi. Seguidamente, logo que compreenda, farei então um novo pedido de esclarecimento.

O Orador: — Se o Sr. Ministro não compreender, continuarei a tentar esclarecê-lo.

O que eu disse, Sr. Ministro, é que, quando uma pessoa tem uma conversa com o Presidente da República, só o próprio Presidente da República tem o direito de dizer o que se passou nessa mesma conversa. Parece-me que isto é uma norma elementar de convivência política, social e humana. Só o Sr. Presidente da República tem o direito de revelar o que se passou numa conversa a sós.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Permito-lhe já a interrupção, Sr. Ministro, é só um momento.

É por isso que, quando os jornais ou pessoas procuram ver no que eu disse coisas que o Presidente da República me teria dito e quando o Sr. Ministro me pergunta se lhe posso dizer se o Sr. Presidente da República confirmou isso, lhe digo para perguntar ao Sr. Presidente da República.

Se não fui claro, tenho muito prazer em continuar a esclarecer-l-o.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Creio que o Sr. Deputado Sá Carneiro foi agora suficientemente claro, e, se bem compreendi, porque citou a conversa que teve com o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da República teria, então, dito que houve inibições do Governo.

Risos do PSD.

O Orador: — Sr. Deputado, vejo ...

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Eu sou Deputado, de facto, e creia que tenho muita honra nisso, mas por enquanto exerce as funções de Ministro.

O Orador: — Infelizmente, estamos pouco habituados a uma presença activa dos Ministros e quando aparecem até julgamos que são Deputados.

Risos do PSD.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Deputado, queria dizer-lhe que vim de propósito para ter o prazer de o ouvir.

Risos do PS.

O Orador: — Gostava que o Sr. Ministro viesse mais vezes, não para ter o prazer de me ouvir, mas para participar activamente nos debates e para prestar a democracia, as instituições parlamentares e até o próprio Governo.

Gostamos que o Governo apareça e até gostaríamos que tivesse aparecido mais durante o debate acerca desta crise dos Açores.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Queira desculpar-me, Sr. Deputado...

O Orador: — Não, Sr. Ministro. Agora, completarei o meu raciocínio, e depois o Sr. Ministro interrompe quando eu disser.

Vejo que o Sr. Ministro reincide na pergunta e eu não sei o que lhe hei-de dizer mais. O Sr. Ministro reincide no mesmo vício de querer tirar uma conclusão daquilo que eu não disse ...

Não autorizo o Sr. Ministro nem ninguém a verem nas minhas palavras uma referência ao que o Sr. Presidente da República me teria dito ou não. Aquilo que o Sr. Presidente da República me disse diz respeito apenas a mim e a ele, e se ele o quiser divulgar, divulga.

Se o Governo esteve ou não inibido, resulta dos factos; não preciso nunca de invocar aquilo que o Sr. Presidente da República me disse e não estou disposto a que se queira tirar ilações que são totalmente infundadas.

Pode, agora, interromper, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Era apenas para agradecer ao Sr. Deputado a sua imensa amabilidade.

O Orador: — As relações entre o Governo e a oposição pautam-se por lealdade e não necessariamente por amabilidade. Limitei-me a ser franco, leal e democrata. Não é necessário meter a amabilidade nisto, porque não houve amabilidade, estou apenas a procurar esclarecer o Sr. Ministro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente ao primeiro pedido de esclarecimento, pois ao segundo já respondi, em que o Sr. Ministro perguntou em que é que me baseio para dizer que o Governo da República não interveio, não agiu como devia, não tomou posição, respondo que me baseio nos próprios factos, na ausência das tomadas de posição e também no acompanhamento que fiz destes incidentes a partir de sábado à tarde. Foi nessa altura que o Sr. Primeiro-Ministro entrou em contacto comigo. No dia seguinte, esses contactos prosseguiram em Belém, sobre os quais não lhe vou dar pormenores porque entendo que desde que as coisas se passaram com o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Presidente da República não cabe aqui às pessoas que participaram na reunião de domingo de manhã, nem às que estiveram empenhadas nesses contactos, estar a revelar o seu conteúdo.

O que é facto é que entendo que quem devia ter estado presente era o Governo da República. Foi isso que eu disse na tribuna, e mantenho essa opinião. Quem devia ter intervindo publicamente era o Ministro da República, evitando talvez, assim, que o Presi-

dente da República tivesse finalmente intervindo. Baseio-me, portanto, nos factos e nas omissões, no silêncio do próprio Governo da República sobre estes incidentes.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Jorge Campinos: — Sr. Deputado Sá Carneiro: Queira desculpar a minha insistência, talvez seja cansaço da minha parte, mas, segundo o que o Sr. Deputado Sá Carneiro disse, no sábado teria havido um encontro com o Sr. Dr. Mário Soares e esse encontro teria continuado na Presidência da República. Sem que o Sr. Deputado Sá Carneiro tivesse querido dizer o que se passou nessa reunião, tirou, no entanto, a ilação de que teria havido inibição do Governo.

Queira desculpar-me, mas acho que há uma certa contradição nas suas próprias afirmações. O Governo não publicou nenhum comunicado porque, contrariamente ao que o Sr. Deputado Sá Carneiro afirmou aqui com coragem e clareza, o Governo estava de acordo com o espírito e a letra do comunicado do Sr. Presidente da República, tanto mais que pensava o Governo e a Presidência do Conselho que não se tratava de um simples e mero assunto de ordem pública, mas que os acontecimentos simbolizavam um atentado à unidade nacional que o Sr. Presidente da República incarna. Porque, contrariamente ao que disse o Sr. Deputado Sá Carneiro, não se deve comparar num discurso público a criminalidade de direito comum com delitos de carácter político, até porque nós, democratas, entendemos que para uns e para outros há um tratamento diferente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sem prejuízo das reservas que no plano jurídico essas afirmações me merecem, congratulo-me com a circunstância de ter proporcionado ao Sr. Ministro a primeira intervenção pública sobre os incidentes dos Açores. O Sr. Ministro acaba de fazer a primeira intervenção pública do Governo sobre a questão da bandeira. Até agora, o Governo não tinha feito nenhuma.

Ao referir as diligências do Governo não falei num encontro de sábado à tarde com o Sr. Primeiro-Ministro.

Uma voz do PS: — Falou, sim, senhor!

O Orador: — Não houve nenhum encontro...

Uma voz do PS: — Ainda agora disse que houve.

O Orador: — Falei em diligências, e não num encontro, pois que não houve nenhum encontro, mas sim um telefonema do Sr. Primeiro-Ministro para mim. No dia seguinte, em Belém, houve uma reunião com o Sr. Presidente da República em que estavam presentes mais pessoas.

O Governo diz que estava de acordo com o comunicado da Presidência da República, e por isso não

interveio. Ora, o comunicado talvez não fosse necessário se o Governo tivesse intervindo. Eu não me referi a diligências particulares, mas sim à ausência de uma tomada de posição pública, aqui e nos Açores. Ela só veio mais tarde, a propósito dos incidentes da madrugada de domingo para segunda-feira, através da tomada de posição do Ministro da República.

O último pedido de esclarecimento refere-se às perseguições de que o Sr. Deputado do Partido Socialista Patrocínio Martins teria sido vítima em Trás-os-Montes. Não sei do que se trata, Sr. Deputado, pois que não deu quaisquer detalhes. Condeno-as e lamento-as. Disse que nestas perseguições estiveram envolvidas pessoas do meu partido. Estou certo de que, tal como eu as condeno e lamento, também o Sr. Deputado condenaria e condenará as intervenções arbitrárias, algumas agressões em que estiveram envolvidos, no passado, militantes do seu partido a militantes do meu partido. Acho que entre nós devem esclarecer-se todos esses actos condenáveis, seja qual for o partido que intervém.

O Sr. Patrocínio Martins (PS): — Posso interrompé-lo, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Patrocínio Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas informar o Sr. Deputado Sá Carneiro de que em Trás-os-Montes, e mais concretamente no distrito de Bragança, o Partido Social-Democrata nunca foi perseguido pelo Partido Socialista. E mais, Sr. Deputado, eu não só fui perseguido em Moncorvo por apoiados de um militante do PSD — o Dr. Ribeiro, que é notário em Moncorvo — como fui inclusivamente insultado, e não me bateram porque não puderam, em Bragança, igualmente por militantes do seu partido.

O Orador: — Sr. Deputado, pensei que queria fazer uma interrupção para pedir qualquer esclarecimento. Vejo, no entanto, que quis completar as suas informações.

Por um lado, ainda bem que o fez, porque de facto não é exacto que em Trás-os-Montes militantes do nosso partido não tenham sido impedidos de falar e não tenham sido perseguidos em incidentes em que estiveram envolvidos militantes do seu partido. Isso não é verdade, também aconteceu em Trás-os-Montes.

O Sr. Deputado não pode, no entanto, ter essa visão separatista: eu falei no território nacional, não falei só em Trás-os-Montes. O que é facto é que as proporções desses incidentes têm de ser aferidas a todo o território nacional, e, portanto, não pode haver nem aqui nem em parte nenhuma uma posição separatista. A democracia não se divide, os esforços dos democratas para consolidar a democracia referem-se à democracia portuguesa. Ao contrário do que poderia parecer inferir-se aqui de algumas posições, não há uma democracia açoriana, mas sim uma democracia portuguesa, de que faz parte a açoriana, com a sua autonomia constitucional. E é na consolidação da democracia portuguesa que todos os democratas e todos os partidos democráticos deste país devem estar empenhados.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jaime Gama pediu a palavra para pedidos de esclarecimento?

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, aproveitando a raríssima presença do Sr. Deputado Sá Carneiro neste hemiciclo, pedia a palavra para lhe dar um esclarecimento e formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra para ambas as coisas, se é que isso é regimentalmente aceite.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, dar um esclarecimento. O Sr. Deputado Sá Carneiro referiu aqui que o Governo não tomou nenhuma posição sobre este incidente. O Sr. Primeiro-Ministro na tarde de sábado pronunciou-se perante vários órgãos de comunicação social acerca deste incidente, tendo as suas declarações sido transcritas pelos órgãos de comunicação social que as recolheram.

Em segundo lugar, queria formular um protesto. O Sr. Deputado Sá Carneiro utilizou um facto isolado para extrair dele ilações que ele manifestamente não comporta no plano político. Refiro-me à referência que fez à atitude tomada por um vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada, independente, eleito nas listas do nosso partido, e que convém que fique claramente esclarecida com inteira honestidade. O vereador independente Carlos Aguiar Rego Costa não foi certamente eleito na lista do PS para assumir as posições que tomou.

Risos do PSD.

Srs. Deputados, não peço que me escutem, peço que respeitem a dignidade da vossa própria função nesta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Vereador da Câmara Municipal foi convidado para se integrar como independente nas listas do nosso partido exactamente porque, como membro da anterior Comissão Administrativa da respectiva Câmara Municipal, tinha tido um comportamento político que em nada o podia conotar com atitudes deste género. O meu partido, visto que não se trata de um inscrito, não tem portanto meio disciplinar algum ao seu alcance para o atingir e, se o tivesse, já o teria feito accionar, visto que nesta altura se encontraria imediatamente suspenso e teria sido entregue o respectivo processo ao órgão partidário competente para analisar esses processos, da mesma maneira que não existem quaisquer meios legais que possibilitem a sua substituição imediata nesse órgão de administração municipal. Resta, portanto, à consciência desse vereador saber se recebeu os votos e o mandato do PS para assumir as posições que assumiu.

Omitiu, todavia, o Sr. Deputado Sá Carneiro o facto de que outro vereador eleito, como independente também, na lista do PS, foi o único vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada que se opôs a essa medida.

A questão é muito simples: é a de saber se a situação actual seria possível nos Açores se o PSD tivesse usado em relação aos seus filiados a mesma firmeza,

nesse aspecto, de que outras forças partidárias já deram suficientes provas. Não se verificou da parte do Sr. Deputado Sá Carneiro nenhuma atitude idêntica àquela que acabei de assumir em relação aos vereadores do seu partido que aprovaram essa medida na Câmara Municipal de Ponta Delgada, assim como considero que, na generalidade, neste debate o Sr. Deputado Sá Carneiro não aproveitou a oportunidade que lhe foi concedida para esclarecer perante o País, sem qualquer espécie de ambiguidade, a posição do PSD em relação ao problema dos Açores e a posição desse mesmo partido em relação às atitudes assumidas pela Presidência da República.

Aplausos do PS.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — São 20 horas. Só posso prolongar a sessão se porventura for apresentado na Mesa um requerimento nesse sentido.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Pode esperar um momento, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Com certeza que posso esperar, Sr. Deputado:

Pausa.

Acaba de chegar à Mesa um requerimento em que se requer o prolongamento da sessão para o efeito de ser dada a palavra ao Sr. Deputado Sá Carneiro para um contraprotesto.

Vamos passar à votação deste requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Presidente: Pedi a palavra para um contraprotesto, baseado nas inferências, insinuações e algumas afirmações feitas pelo Sr. Deputado Jaime Gama aquando da formulação do seu protesto.

Verifico que o Sr. Deputado Jaime Gama veio realmente aqui expressar uma vocação para controlar o que se passa nos Açores, o que se passa no nosso partido, querendo até controlar as minhas presenças neste hemiciclo. Isso foi bastante claro. Mas o que isso possa significar não me interessa neste momento. O que me interessa, sim, é assinalar que o Sr. Deputado Jaime Gama, quanto à intervenção do Governo, só pode invocar como tal umas breves declarações do Sr. Primeiro-Ministro. Se considera isso uma intervenção adequada do Governo, compreendemos realmente por que é que o Sr. Presidente da República teve de facto de intervir.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Falou num facto isolado, o da proposta apresentada pelo vereador independente do PS. De facto, se omissão houve, foi da parte do Sr. Depu-

tado Jaime Gama, que, apesar de todas as suas acusações ao meu partido, na sua intervenção não mencionou sequer esse facto relevante.

O nosso partido não precisa de lições de firmeza, nem de coerência, nem de política adequada, nos Açores e aqui, e se precisasse não seria o Sr. Deputado ou o seu partido a poderem dar-lhas. O PSD actuou e continuará a actuar como entender, tanto no que se refere à disciplina dos seus militantes como no que se refere à sua actuação política geral, sem que quaisquer outras forças tenham o direito de tentar imiscuir-se na vida interna do nosso partido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por último, o contraprotesto não pode deixar de rejeitar veementemente as afirmações do Sr. Deputado Jaime Gama, que, seguindo na esteira das anteriores, quiseram aqui fazer, mais uma vez, e afinal, um processo de intervenção e proclamar aqui quase que uma censura à minha intervenção e ao meu partido, declarando que ele mantém a ambiguidade. As ambiguidades não se mantêm da nossa parte, porque nunca existiram, mas esclareceu-se aqui uma ambiguidade: é que, se houvesse dúvidas sobre as circunstâncias em que o Sr. Deputado Jaime Gama fez esta declaração política e sobre aquilo que visavam as suas acusações, ficou bem claro agora, na intervenção final, contra a qual protesto, que isto afinal se destinava apenas a transferir para aqui um processo em relação ao Governo Regional, que todo este barulho se destinava a fazer um processo do PSD nos Açores, que se destinava afinal a tentar conseguir aqui aquilo que o Sr. Deputado Jaime Gama sabe não poder conseguir no âmbito da Assembleia Regional dos Açores, ou seja, no âmbito da Constituição Política. Daí o contraprotesto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Informo-os Srs. Deputados de que a ordem dos trabalhos para quinta-feira é já conhecida e que não tivemos ocasião de preencher durante a sessão de hoje.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos.

Rectificação ao Diário:

No *Diário*, n.º 104, p. 3524, col. 1.º num aparte do Sr. Deputado Vital Moreira, onde se lê: «Uma província da Albânia», deve ler-se: «Uma província da Alemanha».

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República:

O Deputado abaixo assinado vem respeitosamente solicitar a V. Ex.ª que se digne ordenar a correcção no texto de intervenção proferida a 28 de Abril de 1977 e publicado a p. 3450 do *Diário da Assembleia da República*, n.º 102, col. 2.º, l. 8 a partir de baixo, e onde está escrito: «Nós desejamos», passe a figurar: «Não desejamos», como se pode ler no texto original.

Com os melhores cumprimentos, *Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes*.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alfredo Fernando de Carvalho.
António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Poppe Lopes Cardoso.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
Florêncio Joaquim Quintas Matias.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Herlander dos Santos Estrela.
Jaime José Matos da Gama.
José Justiniano Taboada Brás Pinto.
José Maria Parente Mendes Godinho.
Luís Abílio da Conceição Cacito.
Luís José Godinho Cid.
Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.
Manuel da Mata de Cáceres.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Raúl d'Assunção Pimenta Régo.
Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)

Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade
de Azevedo.
Antídio das Neves Costa.
Fernando Adriano Pinto.
Francisco Braga Barroso.
Gabriel Ribeiro da Frada.
Henrique Manuel de Pontes Leça.
João Lucílio Cacala Leitão.
Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
José Ângelo Ferreira Correia.
Manuel Sérgio Vilalobos Menezes.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco Manuel Farromba Vilela.
Manuel António de Almeida de Azevedo
e Vasconcelos.
Narana Sinai Coissôrò.
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Penn.

Partido Comunista Português (PCP)

Joaquim Gomes dos Santos.

José Pedro Correia Soárez
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Victor Manuel Benito da Silva.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Aloides Strecht Monteiro.
 António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Riço Calado.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Mário António da Mota Mesquita.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.

António Augusto Gonçalves.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Manuel Ribeiro Sérvalo Correia.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 João Lopes Porto.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Ruy Garcia de Oliveira.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Manuel do Rosário Moita.

O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, *Januário Pinto*.

PREÇO DESTE NÚMERO 18\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA